

BIBLIOTECA DO NEPO
UNICAMP

BIBLIOTECA DO NEPO
UNICAMP

TEXTOS NEPO 8

FAMÍLIA

E FORÇA DE TRABALHO NO COLONATO
SUBSÍDIOS PARA COMPREENSÃO DA DINÂMICA
DEMOGRÁFICA NO PERÍODO CAFEEIRO

Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO - NEPO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
CAMPINAS (SP) BRASIL
JULHO 1986



N.º CLASSIF:	331.1
N.º AUTOR:	B 317f
V.:	Textos, 8
EX.:	
TOMBO:	NEPO/1220

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO - NEPO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
CAIXA POSTAL - 1170

REITOR

MILTON RENATO COSTA SOUZA

VICERREITORIA DE GRADUAÇÃO

Antonio Mario Antunes Sette

VICERREITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Arnaldo Beiguelman

VICERREITORIA DE EXTENSÃO

José Carlos Valladão de Mattos

VICERREITORIA DE PESQUISA

Ílrio Waldmann

VICERREITORIA DE DESENVOLVIMENTO

Viratam D'Ambrósio

REITORA DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO

Luiza Berquó

FICHA CATALOGRÁFICA

293f	Bassanezi, Maria Silvia Casagrande Beozzo Família e força de trabalho no colonato : subsídios para a compreensão de dinâmica demo- gráfrica no período cafeeiro / Maria Silvia Ca- sagrande Beozzo Bassanezi — Campinas : NEPO : UNICAMP, 1986. (Textos NEPO, 8)
	1. Força de trabalho - Colonato. 2. Demo- grafia - São Paulo - Período cafeeiro. I. Títu- lo.
	19. CDD- 331.109 810 5 - 304.609 816 05

Índices para catálogo sistemático:

- 1. Força de trabalho : Colonato 331.109 810 5
- 2. População : São Paulo : Período cafeeiro
304.609 816 05

**FAMÍLIA E FORÇA DE TRABALHO NO COLONATO
SUBSÍDIOS PARA A COMPREENSÃO DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA
NO PERÍODO CAFEEIRO**

Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi

RESUMO

Este trabalho pretende ser uma contribuição para o estudo da dinâmica demográfica em São Paulo, no período da primazia do café. Ele resulta de um esforço de pesquisa que busca reunir o conhecimento e levantar indicações empíricas que possam contribuir para a compreensão daquela dinâmica, no final do século XIX e início do século XX.

Lança mão de dados referentes à família no sistema de organização do trabalho que vigorou na cafeicultura paulista a partir de 1870 - o colonato. E, também se insere no debate que se trava no momento, no campo da demografia, onde autores divergem no que diz respeito às implicações demográficas deste sistema.

O colonato, por ser um regime que se caracteriza pelo trabalho familiar, estaria, como sugerem uns e afirmam outros, associado à idéia de família grande. O não controle da fecundidade estaria, portanto, vinculado à forma de organização da produção.

Por outro lado, que o tamanho supostamente elevado da família, deva-se às necessidades da produção, tem sido questionado por outros autores. Estes afirmam estar fora da organização do trabalho os condicionantes do comportamento demográfico do período cafeeiro. Porém, falta a estes e a aqueles respaldo empírico que fundamente suas reflexões.

Diante deste fato, o primeiro esforço foi dirigido no sentido de descobrir e coletar informações de caráter demográfico em fontes primárias. Fontes, que embora não produzidas com este objetivo, pudessem fornecer dados que permitissem abrir pistas na direção de um maior entendimento e reconstrução da reali-

dade demográfica.

O presente trabalho pois, tem por objetivo colocar para debate os primeiros resultados da pesquisa, que tem como espaço de referência uma fazenda modelo paulista, a Fazenda de Santa Gertrudes, no período de 1895 a 1930. Num primeiro momento, a título de introdução, procura dar uma visão geral da importância assumida pela família no colonato. Coloca de forma resumida a questão das implicações demográficas deste sistema tal como foram discutidas por diferentes autores. Informa ainda sobre as fontes utilizadas e dificuldades para encaminhar a pesquisa.

Num segundo momento, procura analisar as evidências empíricas obtidas na documentação da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, desenhando o perfil demográfico da família imigrante nacional e estrangeiro no momento de sua introdução na cafeicultura paulista.

A seguir, coloca e analisa informações sobre estas famílias já no trabalho da Fazenda, no que diz respeito ao seu tamanho e à sua força de trabalho, relacionando-os com a produção e o assalariamento no café. Finalmente tece algumas considerações sobre a produção para a subsistência realizada por estas famílias.

Ao trazer para o debate estes resultados - apesar das lacunas e dificuldades - a autora acredita que mais um passo esteja sendo dado no sentido de trazer à luz evidências de caráter demográfico e suas relações com condicionantes sócio-econômicos para um período tão importante e decisivo da História Paulista.

ABSTRACT

This paper intends to be a contribution to the study of the demographic dynamic in São Paulo's State during the coffee period. It's a result a research effort to bring together knowlegde and to collect empirical indications that can contribute for to understanding that dynamic, in the end of the 19th century and the beginning of the 20th century.

It uses data about family in the system of labor organization, that appeared in the coffee production from 1870, the colonato. It also inserts in the debate of demographic area, where authors disagree about the demographic implications of the system.

Because the colonato characterize itself by familiar work, it's frequently associated with the idea of big family, like want or suggest some authors.

On the other hand, some experts disagree of this idea. They argue that it's out of work organization the determinants of demographic behavior in the coffee period. But lacking for these and the others authors empiricals data that support their reflexions.

So, a first effort was direct to find and to collect demographic informations in primary sources. Sources, that wasn't produced with that objective, but that can supply data to be possible a better comprehension and reconstruction of demographic reality.

The purpose of this paper is to take to the debate the first resultds of the reaserch. It has, like a point of reference, a model farm -- named Fazenda de Santa Gertrudes -- in the periodic from 1895 a 1930. First, like introduction, it conveys a general view of the family importance in the colonato. It put a resume of the questions about the demographic implications of this system, like it was discuted by the differents authors. After, it informs about the sources and the difficults to realize the re-search.

In a second moment, it analyses the empirical evidences get in the documentation of the Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo. It draws a demographic outline of the national and international immigrants in the exact moment that they was introduce in the coffee plantation.

After it takes and analyses informations about this families during the work of plantations, about it size and work force in relationship with this production and wage in the coffee farmer. At the end it puts some considerations about the subsistence production make by this families in the interios of the plantations.

The author of this paper thinks that -- in spite of the lacks and difficulties -- takes contribution to put the evidences of demographic feature its relationship with the social and economic determinants, for a period so important and decisive of the São Paulo's history.

FAMÍLIA E FORÇA DE TRABALHO NO COLONATO
SUBSÍDIOS PARA A COMPREENSÃO DE DINÂMICA DEMOGRÁFICA
NO PERÍODO CAFEEIRO

Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi

INTRODUÇÃO

No momento em que se configurou a crise do sistema escravista no Brasil, em meados do século XIX, os fazendeiros paulistas buscaram a solução para o seu problema de mão-de-obra para o café, em plena expansão, na imigração estrangeira.

Por volta de 1880 e principalmente após 1884-1886, quando se iniciou a imigração subsidiada, foram introduzidos em São Paulo e canalizados para a lavoura cafeeira, milhares de trabalhadores estrangeiros, sobretudo italianos. Esta imigração estrangeira, ao garantir uma grande oferta de mão-de-obra para a cafeicultura, deu início também à constituição de um mercado de trabalho livre no Brasil.

A continuidade deste fluxo imigratório permitiu a expansão da fronteira cafeeira, ao mesmo tempo que foi por ela alimentada. Por outro lado, a própria forma como estava organizada a produção garantiu também esta continuidade (Vangelista, 1982).

Os fazendeiros de São Paulo, neste processo de substituição do trabalho escravo para o livre, insistiram desde o início em contratar não só trabalhadores estrangeiros, e

de preferência, mas trabalhadores em unidades familiares, dando origem ao sistema de organização de trabalho — característico da lavoura cafeeira no oeste paulista — conhecido como colonato. Neste sistema, predominaram famílias vindas da Itália setentrional, principalmente do Vêneto. Famílias ligadas à agricultura e que mais sofriam com a crise econômica que assolava naquele país naquele momento (Alvim, 1986).

Desta forma, enquanto que para a Itália a emigração aparecia como resposta à crise do desemprego, para São Paulo a imigração surgia como alternativa à substituição da mão-de-obra escrava na cafeicultura.

Durante todo este processo de introdução do trabalho livre, os fazendeiros esforçaram-se, não só em encontrar uma nova fonte de mão-de-obra, mas também em buscar uma nova forma de organizar e controlar este trabalho, de modo que ele se apresentasse mais rentável e a custos reduzidos. O colonato, representou o ponto culminante de uma série de tentativas para adaptar, ao processo de produção de café, trabalhadores livres estrangeiros em unidades familiares, os colonos (1).

Colono passou, então, a significar não o trabalhador isolado, mas o seu núcleo familiar. A família aparecia aí como unidade de produção, pois ao contratar os serviços do colono, o fazendeiro estava contratando toda a família. Cada chefe de família tornava-se responsável pela execução das tarefas diárias em que a família — ou pelo menos seus elementos aptos para o trabalho — deveria desempenhar.

Ao caracterizar-se como um regime de exploração de trabalho em bases familiares, o colonato combinou formas distintas de produção. Esta combinação peculiar "tornava este sistema muito complexo e também de certo modo ambígua a figura do seu personagem, o colono, que era ao mesmo tempo, um assalariado, um trabalhador de subsistência, um produtor e negociante de mercadorias e um consumidor" (Holloway, 1984, p. 126). Isto ocorria por-

que a atividade do núcleo familiar se constituía em: cuidados com os cafezais, colheita do café, trabalho na produção direta da subsistência e prestação de serviços avulsos à Fazenda.

O colono recebia um pagamento fixo em dinheiro pelo trato de cada mil pés de café (o trato consistia em fazer a limpeza das ervas daninhas de 3 a 5 vezes por ano). Ganhava uma quantia — também em dinheiro — proporcional ao volume de café colhido. Devia, segundo contrato, prestar serviços avulsos remunerados ou não ao fazendeiro. Ao colono era permitido o usufruto de benfeitorias e concedida moradia gratuita. Podia plantar milho, feijão e arroz, em terreno designado pelo fazendeiro, manter uma pequena horta ao redor da casa, criar animais de pequeno porte (aves, suínos) e usar pastagem para poucas vacas e cavalos. Esta produção independente respondia não só pela subsistência da família mas também produzia um excedente que era comercializado, vendido ao fazendeiro ou nas vilas e cidades vizinhas (Bassanezi, 1973, pp. 208-209).

O Trabalho Familiar

Para o fazendeiro, a exploração do trabalho familiar sob o colonato era importante, porque, ao estimular a integração produtiva de todos os elementos da família em condições de manejar os instrumentos básicos de trabalho, conciliava mão-de-obra maciça, com a insuficiência de recursos para o pagamento de salários (Sallum, 1982). A família ao constituir uma unidade de produção e consumo, produzindo a sua subsistência sem comprometer a produção voltada para o mercado, reduzia o custo desta. Garantia para a fazenda uma força de trabalho excedente, utilizada principalmente no pico da colheita, quando aumentavam as necessidades de trabalho.

Ao fazendeiro também era interessante contratar traba-

lhadores em unidade familiares, porque a própria família funcionava como elemento disciplinador da força de trabalho. Uma vez estabelecido o contrato, a organização, o andamento e a qualidade do trabalho ficavam por conta do próprio trabalhador, dependendo os ganhos obtidos do seu esforço e da sua família.

Finalmente, do ponto de vista do fazendeiro, a família grande, contendo 3 ou mais trabalhadores, era mais vantajosa. Ela poderia se adaptar melhor às condições de trabalho; cuidaria de um maior número de pés de café, reduziria a quantidade de famílias necessárias e o custo da produção. Ainda, maximizaria a utilização das benfeitorias e moradias na fazenda. Por outro lado, na sociedade camponesa italiana — da qual se originou a maioria dos colonos para o café — a produção agrícola já se apoiava no trabalho familiar e este, segundo ALVIM, não era só um valor desejado, mas um valor a ser preservado pelo imigrante. O camponês imigrou como uma forma de resistência ao processo de proletarização que ocorria no país de origem, vindo sempre na nova terra a possibilidade de reconstrução do seu núcleo familiar. Neste sentido, conclui a autora, o trabalho na lavoura cafeeira sob o colonato representava uma atração tentadora (Alvim, 1986, p.90).

O colono tinha interesse pois, em trabalhar dentro da estrutura familiar, porque era a cooperação de toda a família que assegurava ao grupo o mínimo da sua sobrevivência. Era esta cooperação que aparecia como incentivo para a formação de um pecúlio e este, por sua vez, dependia, do grau de intensificação do trabalho e da redução do consumo, ao estritamente necessário, que o colono poderia impôr a si e à sua família.

A forma como estava organizado o trabalho sob o colonato reforçava a cooperação, a solidariedade e a combinação de esforços de todos os membros da família para o benefício do conjunto. Nessas condições, as famílias grandes poderiam tirar maior proveito da forma de organização do trabalho que as famílias menores. Isto porque havia uma proporcionalidade entre a quantida-

de de pés de café que a família teria condições de tratar, e a quantidade de terra obtida para o cultivo da subsistência. Quanto mais trabalhadores, mais pés de café, mais terra para a produção independente. Neste caso esta produção da subsistência poderia atingir níveis acima das necessidades vitais, permitindo o acúmulo de excedentes. Este, por sua vez, representaria maior chance de melhoria social. Por outro lado, quanto maior o número de trabalhadores com que a família pudesse contar, maior a divisão do trabalho. As tarefas seriam executadas com melhor desempenho e com menor gasto de energia. Por isso, a família grande seria também valorizada pelo trabalhador porque interessava à sua estratégia de sobrevivência.

A Questão das Implicações Demográficas

As vantagens que a família grande poderia apresentar tanto para o fazendeiro como para o trabalhador, fez com que o colonato aparecesse associado na literatura e também na tradição oral à família grande italiana como se observa na fala de um ex-colono:

"As famílias naquele tempo sim, que eram grandes. As italianas então... Italiano tinha filho que nem rato."

O êxito do sistema estaria relacionado ao tamanho da família e, por conseguinte, à idéia de uma prole numerosa. Esta seria resultado da forma como se encontrava organizada a produção, como sugerem ou afirmam vários autores que se preocupavam com o estudo do colonato (2).

STOLCKE, por exemplo, afirma que "o interesse dos cafeicultores no tamanho e composição das famílias imigrantes influenciou no comportamento demográfico ao constituir um estímulo à fecundidade (...). Embora um grande número de filhos pudesse inicialmente representar um peso considerável para a mãe e o pai ,

isso significava que, após os primeiros anos, a capacidade produtiva da família aumentaria anualmente. Em contrapartida, uma família com apenas poucos filhos estava em desvantagem durante todo o seu ciclo de vida" (Stolcke, 1986, p. 356). Sustenta ainda, que uma mãe com grande número de filhos passaria uma parte considerável de sua vida ocupada com a criação dos mesmos. No entanto, segundo esta mesma autora, o fardo, que representava o trabalho na casa, a longa carreira reprodutiva e os cuidados com os filhos, era reconhecido como essencial e conseqüentemente valorizado sob o colonato. Portanto, por ser reconhecido socialmente, este fardo tornava-se mais fácil de suportar não representando problemas em relação ao aumento da família (STOLCKE, 1986, p.357).

PAIVA, por sua vez, procura demonstrar que sob o colonato (e também na organização do trabalho na economia canavieira do Nordeste) a grande importância da produção para o auto-consumo na garantia da sobrevivência familiar teria estimulado a manutenção de uma fecundidade natural com efeito positivo sobre o tamanho da família. Este autor sustenta que "a organização do trabalho, nas suas diferentes formas desenvolvidas na economia de subsistência manteve o processo de reconstituição da força de trabalho fora das relações monetárias. Não tendo o seu cesto de bens de subsistência exposto às variações de preços, o casal típico não era compelido, no curto prazo, a ponderar os custos de seus filhos com os custos de outros bens" (Paiva, 1985, p. 215).

Portanto, o colonato favorecia a manutenção de um padrão de alta fecundidade, porque, ao permitir o usufruto da terra — mesmo que controlado — e a conseqüente generalização da produção da subsistência, evitou a intermediação do mercado no acesso a estes bens (3). Por isso, na demanda por filhos, dificilmente o casal poderia ponderar o custo destes em relação aos dos bens. Em outras palavras, o colonato, ao permitir o acesso à terra, estimularia a reprodução ampliada da família diferentemente de situações onde o peso maior do salário conduziriam à redução da prole vista como custo. (Paiva, 1985, p. 229).

No entanto, para OLIVEIRA e MADEIRA, esta idéia de que a forma como estava organizado o trabalho na lavoura cafeeira poderia ter influenciado o comportamento demográfico por premiar e/ou estimular altas taxas de fecundidade, ganhou força muito mais pela repetição do que por respaldo empírico. Estas autoras procuram demonstrar que as indicações existentes não conseguem suportar tais afirmações. Chamam a atenção para a importância de levar-se em conta as fases do desenvolvimento familiar na avaliação dos efeitos da prole numerosa. "A ampliação do tamanho da família significa uma extensão de tempo em que a unidade familiar se vê constituída por uma minoria de produtores (...). É apenas quando a unidade familiar pode tirar partido de uma alta proporção de produtores que seu tamanho ampliado atua em seu benefício (...). Portanto, a concentração dos benefícios em um período estreito de tempo deixa dúvidas quanto à eficácia da família grande" (Oliveira & Madeira, 1982, p.26). Por outro lado, procuram também demonstrar que predominou no colonato um tipo de família bastante próximo ao que hoje se conhece. "Estimadas as probabilidades de sobrevivência da época, o grosso das famílias não poderia desfrutar de um tamanho final elevado (...). Dadas as características da produção cafeeira, esta adequação [da família ao sistema produtivo] poderia ocorrer de um lado, com uma simples reorganização do trabalho e, de outro lado, pela ação de mecanismos de distribuição proporcional de terras para os cultivos alimentares" (Oliveira & Madeira, 1982, pp. 26-27).

Em trabalho mais recente, OLIVEIRA questiona ainda mais a fundo a hipótese que explica o tamanho supostamente elevado da família, pela necessidade de organização da produção. Saliêta que aí estão a interferir uma série de fatores tais como a mortalidade e o tempo necessário para que um padrão de fecundidade se expresse em braços disponíveis para o trabalho. A complexidade resultante da ação destes fatores reforçaria, para esta autora, a hipótese de que o colonato seria muito mais um sistema capaz de acomodar com sucesso as famílias grandes do que um sistema que demandaria estas famílias, portanto, um sistema capaz de absorver uma oferta cujos determinantes se encontram alhures (Oli-

veira, 1985). Em outras palavras, OLIVEIRA está inclinada a buscar fora da organização do trabalho os condicionantes do comportamento demográfico do período cafeeiro em São Paulo. Afirmando ainda que muito pouco se sabe sobre a família no colonato e que uma avaliação conclusiva do papel da população, no período, está longe de ser alcançada, esta autora aponta para a necessidade de se intensificarem as pesquisas empíricas para que "apareçam de modo mais claro os contornos da dinâmica demográfica e seus componentes" (Oliveira, 1985, p.34).

De fato, embora nos últimos anos, a literatura sobre o colonato tenha aumentado sobremaneira e muitos estudos importantes tenham surgido com a preocupação de estudar a família neste sistema de trabalho (4), ainda não se tem conhecimento de pesquisas que demonstrem que a família no colonato tenha sido realmente grande. Desconhece-se a distribuição destas famílias quanto ao tamanho, à sua força de trabalho e à sua posição nos diferentes momentos do ciclo vital. Não está claro ainda a relação entre o tamanho da família e a sua capacidade de trabalho. Não há dados suficientes, no tempo e no espaço, para se avaliar o usufruto da terra e a importância do assalariamento e o impacto de cada um sobre a família colona. Pouco ou nada se sabe sobre a nupcialidade, fertilidade, fecundidade, morbidade e mortalidade no colonato. Muito pouco também se especulou sobre as influências que outras variáveis, que não as econômicas — religiosas ou culturais, por exemplo — estariam exercendo no tamanho da família.

Neste sentido, é essencial também conhecer e refletir sobre a realidade dos imigrantes para o café — quer estrangeiros, quer nacionais — na sua região de origem; os valores que norteavam sua vida. Enfim, verificar como eram estas famílias que se dirigiam para o café. No caso da Itália, por exemplo, ALVIM aponta um diferencial na composição familiar dos imigrantes que se dirigiam para o Brasil quanto à época e região da emigração (Alvim, 1986, pp. 28-40). Faz-se necessário, também, acompanhar estas famílias no tempo em que permaneceram na cafeicultura,

na tentativa de captar possíveis transformações ocorridas no comportamento demográfico durante o seu processo de incorporação e fixação nesta lavoura.

Enquanto estas e outras questões mais não forem solucionadas, torna-se muito difícil concluir se o regime de colonato premia e estimula a alta fecundidade ou é apenas capaz de acomodar com sucesso famílias grandes.

Na tentativa, pois, de encontrar respostas para estas e outras indagações é que se vem empreendendo um esforço de pesquisa, buscando evidências empíricas que possam esclarecê-las, se não na sua totalidade, pelo menos em parte.

O presente trabalho visa, portanto, colocar para o debate os primeiros resultados da pesquisa. Esta tem se concentrado, até agora, no estudo de uma subpopulação num dado momento histórico: famílias de colonos na Fazenda de Santa Gertrudes, no período de 1895-1930.

Na recuperação dos dados sobre estas famílias foram utilizadas como fontes principais os Registros da Hospedaria dos Imigrantes e a documentação da Fazenda Santa Gertrudes. Estes dados foram complementados com informações obtidas em outras fontes primárias, como relatórios consulares e de órgãos governamentais, em fontes secundárias, além de entrevistas com ex-colonos.

Estas fontes permitiram conhecer o perfil da família imigrante nacional e estrangeira no momento de sua introdução na lavoura cafeeira. Através delas, foi possível estabelecer relações entre o tamanho da família e a sua força de trabalho, entre estes e a produção e assalariamento no trabalho do café, assim como, tecer considerações sobre a produção da subsistência realizada por estas famílias. Com elas foi possível, enfim, captar muitas evidências que levariam a uma maior compreensão das relações existentes entre o tamanho da família e a forma como estava organizada a produção na fazenda cafeeira.

As Fontes

A solução para as questões colocadas, exigiram do pesquisador a busca de fontes que pudessem fornecer as indicações necessárias para a sua análise.

As fontes de caráter demográfico disponíveis não apresentam dados sobre o grupo específico da população, cujo estudo se pretende aprofundar: trabalhadores para o café. Portanto, torna-se necessário tirar partido de fontes primárias que não foram criadas com esse objetivo. Entre elas, destacam-se as que visavam manter o controle da força de trabalho para a cafeicultura, no caso, a documentação gerada nas próprias fazendas, assim como, a organizada por autoridades e instituições governamentais. Fontes que forneçam uma base sólida de ordem quantitativa e que permitam verificar a representatividade do fenômeno estudado.

Porém, estas fontes com dados estatísticos são raras e precárias; falta regularidade no registro de dados, as séries numéricas apresentam lacunas e são bastante limitadas quer no tempo, quer no espaço.

Dentro deste quadro, pois, adquirem fundamental importância os registros da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo e os documentos preservados da Fazenda de Santa Gertrudes no Arquivo Municipal de Rio Claro.

A Hospedaria dos Imigrantes foi um dos múltiplos canais institucionais criados para atender as necessidades da lavoura cafeeira paulista. Ela tinha como objetivo receber os imigrantes estrangeiros (posteriormente, os nacionais) que começaram a chegar a São Paulo a partir das duas últimas décadas do século XIX e que ali aguardavam o momento de seguir o seu destino. Embora a função inicial da Hospedaria fosse alojar até por oito dias os 1 imigrantes recém-desembarcados, ela passou também a ser o ponto de encontro de fazendeiros com imigrantes para a contratação de

mão-de-obra para suas fazendas.

A Fazenda Santa Gertrudes, foi a mais importante propriedade cafeeira do Município de Rio Claro, no velho Oeste Paulista. Propriedade modelo, era um exemplo da complexa empresa capitalista cafeeira. Esta fazenda possuía a maior concentração de trabalhadores estrangeiros e seus descendentes, dentre as fazendas da região, no período em estudo.

Entre os documentos da Hospedaria merecem atenção os livros de Registro ou Matrícula de Imigrantes. Estes livros fornecem a composição e o tamanho das famílias imigrantes, a idade, o sexo, nacionalidade, ocupação, relação de parentesco com o chefe, alfabetização ou não, etc, de cada membro das famílias; além disso, para alguns anos, os livros de registram a destinação das mesmas. Por isso, foi possível localizar para o período de 1897-1902 famílias italianas que se destinaram à Fazenda de Santa Gertrudes, assim como famílias nacionais, cearenses, que em 1920 também se encaminhavam para aquela propriedade.

Para o período de 1903-1914 os registros da Hospedaria anotam algumas poucas famílias italianas, austríacas, portuguesas e espanholas que se dirigiram àquela fazenda, o que, no entanto, é pouco significativo para a análise que se pretende empreender (5). Já para 1915-1920 os livros não apresentam nenhuma família para Santa Gertrudes (alguns destes livros não indicam o destino do imigrante). Porém os documentos da Fazenda mostram a chegada de várias famílias italianas e espanholas procedentes da Argentina, e para 1918-19 a entrada de japoneses nesta propriedade (6). Para o ano de 1920 os registros da Hospedaria mostram que mais de uma centena de trabalhadores nacionais, cearenses, se encaminharam para aquela fazenda. Porém, para o período de 1921-1930, quando a imigração nacional começou a sobrepujar a estrangeira, a Hospedaria não registra mais imigrantes em direção àquela fazenda, muito embora, aí continuassem chegando famílias para o trabalho no café.

Nos livros preservados, e que compõem o acervo da Fazenda de Santa Gertrudes, encontram-se informações minuciosas sobre a família trabalhadora, no que diz respeito ao seu tamanho, sua força de trabalho, sua produção e seus rendimentos monetários, além de fornecer algumas pistas sobre a lavoura de subsistência por ela praticada.

Esta fonte, no entanto, impõe um obstáculo muito sério a quem se propõe estudar a família sob ótica demográfica: não há nenhuma referência quanto a idade e sexo dos elementos do grupo familiar, o que impede a qualificação, de quem estaria por trás dos personagens denominados nestes documentos de "pessoas da família" e "pessoas de trabalho". Apesar do volume desta documentação, ela também não é uniforme para toda uma série longa de anos e, por isto, algumas referências ficam restritas a um período de tempo menor, que em outras.

Estas são pois as principais fontes que este trabalho se vale para levantar as indicações sobre a família no colonato, focalizando especificamente os trabalhadores que se dirigiram à Fazenda de Santa Gertrudes, ou que lá se encontravam.

Apesar das limitações impostas, estas são as fontes existentes e disponíveis no momento e por isto bastante significativas. Mesmo limitando as respostas à série de questões propostas, elas permitem esclarecer vários aspectos no sentido de caminhar mais adiante no conhecimento de um grupo populacional importante para a compreensão da dinâmica demográfica do passado paulista.

FAMÍLIAS TRABALHADORAS NA FAZENDA DE SANTA GERTRUDES

Responsáveis por converter São Paulo no grande centro de atração de mão-de-obra internacional, principalmente italiana, os cafeicultores paulistas acabaram por relegar a um plano secundário os trabalhadores nacionais. Estes, só começaram a ser recrutados pelos fazendeiros quanto diminuiu o fluxo migratório internacional e um número cada vez maior de estrangeiros e seus descendentes passaram a se encaminhar para os núcleos urbanos. Isto ocorreu de forma mais acelerada na década de 20, quando grandes fluxos de nordestinos chegaram a São Paulo, num momento de escassez de mão-de-obra e de uma economia em expansão e diversificação.

A Fazenda de Santa Gertrudes refletiu muito bem esta situação. Nela predominavam trabalhadores europeus (7), tanto no cultivo do café, como, em atividades complementares (Bassanezi, 1973, pp.117-134). Os italianos e seus descendentes sempre se constituíram maioria entre os colonos; a seguir vinham os portugueses, espanhóis e alguns poucos de origem germânica. Os japoneses não se adaptaram ao trabalho nesta propriedade e os nacionais até 1920 foram uma pequena minoria, aparecendo com mais intensidade após esta data, quando uma grande leva de cearenses foi aí introduzida.

Entre 1895 a 1930, os trabalhadores de origem italiana representavam em média, cerca de 65% da mão-de-obra empregada sob o regime de colonato (Bassanezi, 1973, p. 141). Esta porcentagem foi maior nos anos próximos aos 1900, uma vez que a entrada de italianos no Brasil foi, na virada do século, também mais volumosa. No período de 1909-1918, quando a imigração italiana para o café já havia declinado bastante, os colonos de origem italiana perfaziam, em média, 64% (variando entre 53% a 68%) do total dos colonos na Fazenda de Santa Gertrudes (Tabela 1).

TABELA 1
Famílias de Colonos Segundo a Origem
1909 - 1918

origem ano	italianos		não italianos		TOTAL
	freq.	%	freq.	%	
1909	116	57,0	50	43,0	166
1910	120	67,5	45	32,5	165
1911	124	66,2	42	33,8	166
1912	116	67,3	38	32,7	154
1913	101	68,4	32	31,6	133
1914	111	68,3	35	31,7	146
1915	111	63,1	41	36,9	152
1916	101	57,4	33	32,6	134
1917	86	58,2	36	41,8	122
1918	68	53,0	32	47,0	100
TOTAL	1054	64,0	384	36,0	1438

Fonte - AFSG Registro de pés de café entregue aos colonos - 1909-1918

Para cuidar de aproximadamente um milhão de pés de café, esta propriedade necessitava manter por volta de 150 famílias (8) para não ter que se utilizar de trabalhadores avulsos assalariados. O emprego destes, os camaradas, aumentava em muito o custo da produção. Assim sendo, para evitar os prejuízos que a instabilidade do colono provocava, o recrutamento constante de novas famílias era sempre a grande preocupação do fazendeiro.

Cálculos efetuados mostram que na Santa Gertrudes deveriam ser contratadas, em média, 35 novas famílias todo ano (Basanezi, 1973, pp.151-152). Estas famílias provinham ou diretamente da Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo ou eram arrematadas nas fazendas da redondeza e/ou nos municípios da região. Por isso, numa mesma fazenda encontravam-se trabalhando lado a lado, famílias estrangeiras e nacionais recém-chegadas a São Paulo, e aquelas há mais tempo no local ou região, portanto, com alguma experiência na cafeicultura.

As famílias diferiam entre si não só quanto ao grau de experiência no trabalho do café, mas também quanto à sua composição e tamanho. Podiam ser famílias nucleares como famílias ampliadas, assim como, podiam se encontrar, em diferentes etapas do ciclo vital. Portanto, famílias com diferentes níveis de capacidade produtiva trabalhavam ao mesmo tempo na fazenda de café, sob o regime de colonato.

Famílias para o café: italianos e cearenses

Os dados levantados na Hospedaria dos Imigrantes, sobre as famílias com destino à Fazenda de Santa Gertrudes, possibilitaram traçar o perfil demográfico das mesmas no momento exato de sua introdução na cafeicultura. Além disso, permitiram também mostrar o que estas famílias representavam em termos de força de trabalho para o café.

Estes dados referem-se principalmente às famílias italianas que se dirigiram à fazenda entre 1897-1902 e às famílias cearenses que adentraram nesta propriedade em 1920 (9). Estas famílias não só foram consideradas separadamente quanto à sua origem, mas também analisadas em dois grupos distintos. Um primeiro, abrangendo todas as famílias formadas pelo casal, pelo casal com filhos solteiros e famílias com um dos conjuges e filho(s); um segundo, onde entram aquelas que não preencheram os quesitos estabelecidos no primeiro, como por exemplo: famílias onde estavam acrescentados pai e/ou mãe, irmãos, sobrinhos, netos, etc, do chefe, além de outras combinações. Na falta de um termo melhor, no momento, convencionou-se chamar de nuclear o primeiro grupo e não nuclear o segundo.

As 63 famílias italianas que se destinaram à Fazenda de Santa Gertrudes entre 1897 a 1902 eram na sua maioria nucleares, 81%, com um tamanho médio de 4,84 pessoas (mediana igual a 5,0).

TABELA 2

TOTAL DE FAMILIAS E TAMBEM MEDIO DA FAMILIA SEGUNDO A NACIONALIDADE - 1897-1928

ANO	NACIONALIDADE	FAMILIA										TOTAL		TOTAL DE FAMILIAS	MED. DE FAMILIA		
		N O C L E A R					M O D O S A R					G E R A L					
		NO DE CASAS	NO DE CASAS COM FILHOS	UN. DE FAMILIA	UN. DE FAMILIA	UN. DE FAMILIA	NO DE CASAS	NO DE CASAS COM FILHOS	UN. DE FAMILIA	UN. DE FAMILIA	UN. DE FAMILIA	NO DE CASAS	NO DE CASAS COM FILHOS			UN. DE FAMILIA	UN. DE FAMILIA
1897-1902	Italiana	3	46	287	5,15	2	4	2,00	51	247	4,04	12	66	5,50	63	313	4,97
1903-1914	Italiana	-	7	44	6,29	-	-	-	7	44	6,29	3	21	7,00	10	65	-
	Austriaca	1	3	12	4,00	1	5	-	5	19	3,80	4	31	7,75	9	58	-
	Portuguesa	-	4	21	5,25	-	-	-	4	21	5,25	1	3	-	5	24	-
	Espanhola	-	5	27	5,40	-	-	-	5	27	5,40	1	8	-	6	25	-
1920	Brasileira (Incluindo)	14	63	348	5,52	9	37	4,11	86	413	4,80	46	273	5,93	132	648	5,20
T O T A L		18	128	689	5,30	12	46	3,83	158	771	4,88	67	410	6,12	225	1181	5,28

FONTE: XI - Matricula dos Imigrantes e Modificacao de Nacionalidade - 1897-1920

Destas, apenas 6% eram formadas por casais sem filhos, 90% por casais que possuíam entre 1 a 7 filhos e 4% compostas por apenas 1 conjuge e filho(s).

O tamanho médio das famílias compostas pelo casal e filhos era de 5,15 membros; 3/4 destas possuíam entre 4 a 6 pessoas e por conseguinte 2 a 4 filhos, ou seja, 3,15 filhos em média (Tabelas 2 e 3).

TABELA 3

TAMANHO E COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA ITALIANA — 1897-1902

TAMANHO DA FAMÍLIA	FAMÍLIA NUCLEAR			FAMÍLIA NÃO NUCLEAR	TOTAL GERAL
	CASAL E CASAL COM FILHO(S)	UM CONJUGE E FILHO(S)	TOTAL		
2	3	2	5	-	5
3	5	-	5	1	6
4	12	-	12	2	14
5	12	-	12	4	16
6	11	-	11	2	13
7	3	-	3	1	4
8	-	-	-	2	2
9	3	-	3	-	3
TOTAL	49	2	51	12	63

FORTE: HI - Matrícula dos Imigrantes e Registros de Imigrantes — 1897-1902

No grupo das não nucleares (19%) as famílias alcançavam um tamanho médio de 5,5 pessoas, portanto, eram um pouco maiores que as nucleares, porém apresentavam uma grande dispersão em torno da média (Tabelas 2 e 3) [10]. Quanto à sua composição, o mais comum era a família formada pelo chefe, mulher, filhos e pai e /ou mãe do chefe. Outras vezes integrava o grupo irmãos, filho casado, nora, netos e sobrinhos do chefe, não se verificando casos de filhas casadas ou mesmo sogro e sogra do chefe. De um lado, a composição destas famílias estava em parte relacionada às exigências para a aquisição da passagem subsidiada. "Os membros dependentes da família que podiam ser incluídos na passagem eram pais, avós, irmãos solteiros, cunhados e sobrinhos órfãos do chefe da família. Mulheres casadas que iam se reunir aos maridos já no Brasil podiam ser escolhidas, mas primos e parentes mais distantes não" (Holloway, 1984, p.79).

Por outro lado, o tamanho e composição das famílias têm a ver com a própria estrutura familiar do grupo no país de origem. No caso da Itália por exemplo, ALVIM demonstra que as famílias de pequenos proprietários, arrendatários e meeiros do Vêneto, que predominaram na emigração para o Brasil no período anterior a 1885 eram famílias ampliadas, formadas por 2 ou 3 homens, respectivas mulheres e filhos. Já, as famílias de "braccianti" também do Vêneto, que formaram a grande maioria de braços para o café, após 1885, segundo depoimentos da época, possuíam 05 pessoas no máximo, normalmente casal com filhos e algumas vezes integravam-na o pai ou a mãe do chefe (Alvim, 1986, pp. 28-40).

Para o período de 1903-14 os registros da Hospedaria dos Imigrantes anotam 30 famílias de origem européia para Santa Gertrudes (Tabela 2). Destas 63% eram italianas e austríacas e as restantes portuguesas e espanholas. O número reduzido de casos entre 1903-14 e a dispersão deles entre quatro diferentes nacionalidades deixam a entrever que os cálculos resultantes são muito pouco significativos (11).

Em 1920 foram introduzidos, na fazenda, os cearenses

num total de 132 famílias, das quais 65% eram nucleares (quase 15% a menos que as italianas) e cujo tamanho era, em média de 4,8 pessoas (cerca de 71% das famílias possuíam entre 2 - 5 pessoas). Destas famílias nucleares 16% eram formadas apenas pelo casal, 73% por casais com filhos e 11% compostas por um cônjuge e filho(s). As famílias com casal e filhos possuíam um tamanho médio de 5,52 sendo que destas, 52% possuíam entre 1 a 3 filhos. (Tabelas 2 e 4). Já, as não nucleares chegavam a um tamanho médio de 5,9 (cerca de 76% continham de 3 a 7 membros) (Tabela 4)

TABELA 4

TAMANHO E COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA CEARENSE — 1920

TAMANHO DA FAMÍLIA	FAMÍLIA NUCLEAR			FAMÍLIA NÃO NUCLEAR	TOTAL GERAL
	CASAL E CASAL COM FILHO(S)	UM CONJUGE E FILHO(S)	TOTAL		
2	14	4	18	3	21
3	11	1	12	6	18
4	12	2	14	5	19
5	17	-	17	4	21
6	7	-	7	11	18
7	3	-	3	9	12
8	5	1	6	1	7
9	5	-	5	3	8
10	1	1	2	1	3
11	-	-	-	1	1
12	2	-	2	2	4
TOTAL	77	9	86	46	132

FONTE: HI - Registro de Imigrantes - 1920

Diferentemente das italianas, as famílias cearenses incluíam com muita frequência — além de pais e irmãos do chefe — agregados, cunhados, tios, primos, sobrinhos, avós e netos, numa clara demonstração de que se afrouxaram as exigências quanto à composição da família que deveria receber a passagem para a cafeicultura paulista. Constata-se por outro lado, que mulheres chefes de família apareciam com certa regularidade o que era bastante raro entre as famílias italianas e européias de modo geral. No caso dos cearenses predominavam como chefe as viúvas, mas ocorriam também casos de mulheres solteiras com filhos e mulheres casadas, sem marido, com filhos e outros parentes.

No estudo do tamanho da família o conhecimento da repartição das idades é fundamental. Aqui, a sua importância aumenta uma vez que se pretende medir também a força de trabalho num grupo onde as crianças bem cedo, a partir de 7-8 anos, iniciavam-se na ajuda à família e aos 12 anos já eram consideradas de fato, pessoas de trabalho, isto é, elementos aptos ao trato do café.

Os dados sobre a idade, sexo e estado civil dos membros destas famílias italianas e cearenses encontram-se nas Tabelas 5 e 6. Eles indicam a presença de famílias relativamente jovens, numa fase do ciclo vital em que a maioria delas estava em meados do seu processo reprodutivo. Nas famílias nucleares as crianças e jovens entre 0-14 anos chegavam a representar pouco mais da metade do total (52% para os italianos e 51% para os cearenses); 99% das mulheres italianas não ultrapassavam 49 anos, enquanto 100% dos homens alcançavam até 54 anos; entre os cearenses apenas 2,4% eram constituídos por pessoas entre 50 e 65 anos.

TABELA 5

FAMÍLIA ITALIANA - IDADE, SEXO E ESTADO CIVIL - 1897-1902

GRUPO DE IDADE	FAMÍLIA NUCLEAR						FAMÍLIA NÃO NUCLEAR						TOTAL		TOTAL GERAL				
	HOMENS			MULHERES			HOMENS			MULHERES			HOMENS	MULHERES					
	C	S	V	C	S	V	C	S	V	C	S	V							
0 - 4	35			23			58			4			6			10	39	29	68
5 - 9	25			18			43			4			4			8	29	22	51
10 - 14	18			10			28			2			2			4	20	12	32
15 - 19	8			7			15						2	3		3	8	12	20
20 - 24	2			6	1		8	1		2	1		2			4	5	9	14
25 - 29	8			9			17			3	2		4	3		7	13	16	29
30 - 34	7	1		14			21	1		4	1					4	13	14	27
35 - 39	14			9			23			1			3			4	15	12	27
40 - 44	7	1		5			12	1					1			1	8	6	14
45 - 49	7			6			13			1						1	8	6	14
50 - 54	4			1			4			1	1		1			1	7	1	8
55 - 59																			
60 e +				1			1			1	4		3	1		7	5	4	9
TOTAL	49	88	1	50	59	-	99	147	1	13	14	5	12	18	4	25	170	143	313

FONTE: HI - Matrícula dos Imigrantes e Registro de Imigrantes - 1897-1902

TABELA 6

FAMÍLIA CEARENSE - IDADE, SEXO E ESTADO CIVIL - 1920

GRUPO DE IDADE	FAMÍLIA NUCLEAR				FAMÍLIA NÃO NUCLEAR				TOTAL		TOTAL GERAL										
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES		HOMENS	MULHERES											
	C	S	V	TOTAL	C	S	V	TOTAL													
0 - 4	47		55	102	30		8	38	77	63	140										
5 - 9	38		33	71	13		17	30	51	50	101										
10 - 14	16		20	36	16		15	31	32	35	67										
15 - 19	2	11	7	19	1	10	3	14	24	32	56										
20 - 24	15	12	24	39	9	13	14	14	50	58	108										
25 - 29	20	2	23	43	7	6	7	6	36	39	75										
30 - 34	14	1	14	28	5	1	6	2	21	24	45										
35 - 39	14	1	4	18	5	1	5	1	20	14	34										
40 - 44	6		4	10	1	1	1	1	8	8	16										
45 - 49	2		1	2	2	1	1	1	5	5	10										
50 - 54			1	1	3	1	4	3	4	8	12										
55 - 59	3		1	3	1	1	1	2	5	3	8										
60 e +	3		1	4	2	1	7	2	6	8	14										
TOTAL	79	127	1	76	124	4	157	251	5	36	91	5	42	79	20	78	170	25	339	347	686

FONTE: HI - Registro de Imigrantes - 1920

TABELA 7
FAMÍLIAS NUCLEARES
Idades Médias

NACIONALIDADE	P A I	M ã E	FILHOS	DA FAMÍLIA
Italiana (1897-1902)	37,35	33,84	7,17	26,12
Italiana/ Austriaca (1903-1914)	40,73	37,09	11,86	29,89
Portuguesa/ Espanhola (1903-1914)	37,11	33,56	9,87	26,85
Brasileira (cearenses) (1920)	30,74	27,44	6,80	21,66

FONTE: HI - Matrícula dos Imigrantes e Registro de Imigrantes - 1897/1920

Excetuando-se as famílias com apenas 1 conjugue observa-se que as mulheres casadas italianas tinham em média 33,8 anos e as cearenses 27,4 anos; já os homens casados italianos apresentavam-se com 37,4 anos em média e os cearenses 30,7 e finalmente a idade média dos filhos era de 7,2 anos para os primeiros e 6,8 para os segundos. Portanto, as famílias cearenses eram de uma maneira geral mais jovens que as italianas.

Como as idades médias dos filhos, nestes grupos, estão bastante próximas supõe-se que a idade média ao casar para os italianos era mais alta que para o grupo nacional. Esta constatação é reforçada quando se calcula a idade do filho mais velho que aparece nos registros: para os italianos esta idade era de 9,6 anos, portanto este filho teria nascido quando a mãe possuía 24,2 anos e o pai 27,8. Já, para os cearenses a idade média do filho mais velho era de 8,1, o que demonstra que a mãe ao concebê-lo teria 19,3 e o pai 22,6 anos. Embora não se possa saber se o filho mais velho era realmente o primeiro filho, estes dados são indicativos de que os casais cearenses nas primeiras décadas do século XX uniam-se mais cedo que os italianos no final do século XIX (12).

As famílias não nucleares italianas também se apresentavam com uma estrutura etária mais velha que as cearenses. Indivíduos entre 0-14 anos compunham cerca de 1/3 da população (32% para os italianos e 36% para os cearenses). Nestas famílias a incidência de pessoas com mais de 50 anos era bem maior que nas nucleares, sendo que a maior proporção de velhos se encontrava nas famílias não nucleares italianas.

Quanto ao total dos elementos que compunham as famílias nucleares, verifica-se um desequilíbrio entre os sexos nas famílias italianas com maior peso para os homens, principalmente, nas faixas de zero a 14 anos (a razão de sexo nestas famílias é de 125). Estariam sendo selecionadas na Itália famílias com maior proporção de homens? As cearenses quase alcançavam o equilíbrio com uma mínima predominância de mulheres (razão de sexo igual a 98,9). Em relação às famílias não nucleares, as italianas apresentavam um equilíbrio entre os sexos e para os cearenses era maior a proporção de mulheres em relação aos homens (razão de sexo 96,2) principalmente nas faixas acima dos 30 anos (Tabelas 5 e 6).

Observando-se o estado civil dos elementos maiores de 15 anos, nas famílias não nucleares, verifica-se, que para os

italianos predominavam os casados, 59% homens e 55% das mulheres eram casados. Para os cearenses, os solteiros juntamente com os viúvos sobrepujavam os casados; 44% dos homens e 39% das mulheres eram solteiros. Quanto aos viúvos a menor porcentagem encontrava-se entre os homens cearenses, 7%, os italianos alcançavam 23% e finalmente as mulheres viúvas chegavam a representar 20% e 18% para as cearenses e italianas respectivamente, Tabelas 5 e 6.

Desenhado, em linhas gerais, este perfil das famílias que se dirigiram à Santa Gertrudes, em diferentes momentos, seguem-se alguns comentários sobre o seu significado em termos de força de trabalho.

Para a cafeicultura, o que mais importava era a quantidade de elementos aptos para o trabalho, preferencialmente homens. Entendia-se por "pessoa de trabalho" o indivíduo (homem ou mulher) a partir dos 12 anos de idade até por volta de 60 - 65 anos. Interessava também ao fazendeiro conhecer, além do número de elementos de trabalho, o tamanho e composição da família, pois os demais membros poderiam ser utilizados na colheita, o que podia ocorrer a partir de 7 ou 8 anos de idade. A própria Hospedaria dos Imigrantes, como agente de mão-de-obra vinculado, na época, aos interesses do café, além de classificar os indivíduos por sexo, distribuía-os em três grupos etários: de 0-12 anos, de 12 a 45 anos e mais de 45 anos, numa clara demonstração da importância de se conhecer o potencial da força de trabalho destas famílias. Aliás, entre as exigências para que a família conseguisse obter a passagem subsidiada era que ela fosse de agricultores e tivesse pelo menos um elemento masculino entre 12 e 45 anos.

Na tentativa de se obter uma medida mais precisa e caracterizar melhor o potencial da força de trabalho existente nas famílias recém-chegadas na fazenda, optou-se por subdividir os dois primeiros grupos etários estabelecidos pela Hospedaria, cada um deles em dois outros. O terceiro grupo, isto é, aquele que continha as pessoas com mais de 45 anos, foi conservado da mesma

forma, uma vez que a quantidade de pessoas com mais de 55 anos era pouco significativa.

Assim, para efeito desta análise, os elementos pertencentes às famílias foram classificados em cinco grupos etários, a saber:

1. 0 a 6 anos - representado pelas crianças que necessitavam de cuidados especiais e constantes por parte de uma mulher, geralmente a mãe, ou irmãos mais velhos; grupo que não produzia e além disso, dificultava o trabalho produtivo do elemento responsável pelo cuidado do mesmo;
2. 7 a 11 anos - constituído por aquelas crianças que já estavam em condições de prestar algum serviço ao grupo doméstico, como por exemplo: cuidar dos irmãos menores, levar comida para a roça, ajudar nos serviços da casa, cuidar da horta e tratar dos animais, participar da colheita do café e ajudar na lavoura de subsistência. A importância deste grupo, para a sobrevivência da família repousava no fato de que ajudavam a reduzir o trabalho da mãe na casa e porque, junto com ela, no trabalho do café e das culturas auxiliares, contribuía para uma boa parte do dinheiro recebido durante o ano pela família;
3. 12 a 16 anos - os "meia-enxada", isto é, adolescentes incluídos oficialmente na força de trabalho; embora não tivessem ainda atingido a plenitude de sua capacidade física para o trato do café assumiam um papel importante na sobrevivência do grupo;

4. 17 a 45 anos - formado por trabalhadores adultos ou "enxadas" com plena capacidade física dedicando-se em tempo integral aos cuidados do cafezal e da cultura complementar;
5. + de 45 anos - constituído por pessoas que continuavam dedicando-se em tempo integral ao trabalho do café, portanto, consideradas "pessoas de trabalho", mas cuja capacidade física e rendimento no trabalho tendiam a diminuir à medida que avançavam na idade.

Com o objetivo de detectar a força de trabalho em potencial nas unidades familiares, apresentam-se, nas Tabelas 8 e 9, os resultados do agrupamento dos componentes das famílias nas cinco faixas etárias propostas anteriormente.

TABELA 8

FAMÍLIA ITALIANA - IDADE E SEXO DOS MEMBROS SEGUNDO O POTENCIAL QUE REPRESENTAVAM NA FORÇA DE TRABALHO

GRUPO DE IDADE	FAMÍLIA NUCLEAR			FAMÍLIA NÃO NUCLEAR			TOTAL GERAL
	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	
0 - 6	43	31	74	6	7	13	87
7 - 11	28	17	45	4	4	8	53
12 - 16	13	8	21	-	3	3	24
17 - 45	42	48	90	14	16	30	120
46 e +	12	5	17	8	4	12	29
TOTAL	138	109	247	32	34	66	313

FONTE: HI - Matrícula de Imigrantes e Registro de Imigrantes - 1897-1902

TABELA 9

FAMÍLIA CEARENSE - IDADE E SEXO DOS MEMBROS SEGUNDO O POTENCIAL
QUE REPRESENTAVAM NA FORÇA DE TRABALHO

GRUPO DE IDADE	FAMÍLIA NUCLEAR		FAMÍLIA NÃO NUCLEAR		TOTAL GERAL
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	
0 - 6	68	68	36	12	184
7 - 11	26	29	14	19	88
12 - 16	12	15	12	19	58
17 - 45	93	92	59	72	316
46 e +	8	2	11	19	40
TOTAL	207	206	132	141	686

FONTE: HI - Registro de Imigrantes - 1920

Para as famílias nucleares italianas, 52% dos seus membros possuíam mais de 12 anos, portanto aptos ao trabalho produtivo; para as cearenses, esta porcentagem era um pouco maior, isto é, 54%. Por outro lado, as famílias não nucleares italianas teriam 68% de trabalhadores em potencial enquanto as cearenses 70%. Estes dados indicam que para o fazendeiro, as famílias não nucleares apresentavam maiores vantagens no momento da chegada do que as nucleares, porque elas teriam mais trabalhadores, enquanto, estas últimas só começavam a ter maior proporção de produtores depois de passados alguns anos, quando os filhos começavam a tomar parte efetiva na força de trabalho.

O argumento de que nas famílias não nucleares haveria mais pessoas idosas, do que nas nucleares, não invalida a afirmação anterior. Tirando-se as pessoas com mais de 60 anos, provavelmente, improdutivas ainda assim, a porcentagem de elementos aptos ao trabalho seria maior nas famílias não nucleares, 56% e 67% respectivamente para os italianos e cearenses.

Deve-se ressaltar que nem todas as mulheres participavam diretamente do trabalho produtivo e que, portanto, as porcentagens apresentadas acima, tanto no caso das famílias nucleares ou não, deveriam ser menores. Calcular, no entanto, a real participação da mulher adulta no trabalho produtivo torna-se um problema de difícil solução. Uma série de variáveis das mais diversas estavam a interferir no sentido de aumentar ou diminuir esta participação.

A mulher adulta, assim como os menores de 12 a 16 anos, era considerada "meia-enxada", isto é, teria condições de produzir metade do que produzia um homem adulto. Mas em muitos casos, liberadas do "serviço de casa" chegavam a trabalhar e render tanto quanto o homem. Como observou um ex-colono:

"Oh! se trabalha. Tinha mulher lá, barbaridade. Eu tenho uma cunhada... Ela desafiava qualquer homem na enxada... Na colheita tem mulher que colhe mais ... Ela trabalha mais severa".

A participação da mulher casada ou o seu rendimento no trabalho produtivo do café e da subsistência dependia também do momento do ciclo vital familiar no qual se encontrava o grupo. SILVA DIAS e OLIVEIRA observaram em suas pesquisas sobre o colono, para um período mais recente, que o nascimento dos filhos colocava à mulher empecilhos à execução daquele trabalho, exigia sua atenção constante e aumentava o seu trabalho na casa. Já o crescimento dos filhos, inicialmente, liberava a mulher para o trabalho na lavoura uma vez que as crianças com 7 ou 8 anos executavam várias tarefas domésticas. Finalmente, à medida que os filhos iam crescendo, assumiam suas funções no trabalho produtivo e a mãe poderia retornar aos trabalhos domésticos. Embora seja para um período mais recente, acredita-se que também é válido para anos anteriores (Silva Dias, 1981 e Oliveira 1982).

Há ainda a considerar, quanto ao trabalho produtivo da mulher, aspectos culturais. Neste sentido há um interessante depoimento de MAISTRELLO onde mostra que casamentos entre nacionalidades diferentes, embora menos comuns, não eram raros, havendo "casos de casamento de filhas de estrangeiros com homens de côr, fato este que tem a explicação no hábito do nacional deixar sempre a mulher em casa para tratar dos afazeres domésticos, quando pelo contrário o estrangeiro a leva para o trabalho pesado da roça" (MAISTRELLO, 1922, p. 554).

Estas colocações vêm demonstrar a dificuldade de obter a real representatividade da mulher casada no total da capacidade produtiva das famílias, quer no cafezal, quer na lavoura de subsistência.

No entanto, um exercício com dados coletados permitiram que se especulasse um pouco mais sobre o trabalho da mulher e se chegasse a algumas evidências.

Com os dados apresentados nas Tabelas 8 e 9 pode-se verificar que o total geral dos indivíduos dos dois grupos, isto é,

55% dos italianos e 60% dos cearenses possuíam 12 anos ou mais e, portanto, eram considerados aptos para o trabalho.

Uma amostra significativa destas mesmas famílias, localizada na documentação da Fazenda de Santa Gertrudes, no momento de sua chegada na fazenda, aponta que 49% dos italianos e também dos cearenses eram "pessoas de trabalho". Esta amostra compõe-se de 26 famílias italianas com 126 pessoas, sendo 62 "de trabalho" e 101 famílias cearenses com 498 pessoas sendo 246 "de trabalho".

Partindo-se então do pressuposto de que todos os homens maiores de 12 anos fossem trabalhadores efetivos, poder-se-ia deduzir que a diferença entre as porcentagens apresentadas acima ($55\% - 49\% = 6\%$ para os italianos e $60\% - 49\% = 11\%$ para os cearenses) ficasse por conta das mulheres com mais de 12 anos que não participavam do trabalho produtivo.

Tomando ainda como verdadeiro aquele pressuposto, foi possível então, obter a proporção de mulheres que participavam ou não da força de trabalho.

No caso das famílias italianas, encontradas na documentação da Hospedaria dos Imigrantes haviam 313 pessoas das quais 173 eram maiores de 12 anos (89 homens e 84 mulheres), ou seja, 55,3% das mesmas. Destes, 51% eram homens e 49% mulheres.

Aplicando-se estas porcentagens às 26 destas famílias identificadas na documentação da Fazenda de Santa Gertrudes, obtém-se que 70 das 126 pessoas deveriam possuir 12 anos ou mais (36 eram homens e 34 mulheres). Se todos os homens com 12 anos ou mais fossem considerados trabalhadores e se o total de trabalhadores era 62, conclue-se que das 34 mulheres, 26 apenas estavam incluídas na força de trabalho, ou seja 23,5% delas não estavam entre as consideradas "pessoas de trabalho".

Seguindo-se o mesmo raciocínio para o caso das famílias cearenses, na documentação da Hospedaria dos Imigrantes foi pos-

sível verificar que 60,3% das pessoas possuíam 12 anos ou mais . Destas 47% eram homens e 53% mulheres.

Estas porcentagens aplicadas às 101 famílias cearenses, identificadas nos documentos da fazenda, mostram que 300 pessoas possuíam 12 anos ou mais das quais 141 eram homens e 159 mulheres. Portanto, de num total de 246 trabalhadores, 105 eram mulheres. Em outros termos, do total de mulheres 34% não estavam incluídas entre as "pessoas de trabalho".

Portanto, se os pressupostos tiverem corretos, os cearenses continham proporcionalmente uma quantidade menor de mulheres que se ocupavam do trabalho produtivo do que os italianos , onde mais de 3/4 das mulheres eram consideradas na força de trabalho.

Além da contribuição da mulher para o trabalho produtivo da unidade familiar, as fontes permitem também tecer alguns comentários sobre aspectos ligados à fecundidade das mulheres casadas italianas e cearenses que se encaminhavam para a Fazenda de Santa Gertrudes. Não há como com estas fontes obter diretamente taxas de fecundidade. Não se tem, inclusive, dados referentes à mortalidade. Todavia, algumas observações podem ser feitas em relação aos filhos tidos e sobreviventes no momento do ingresso destas mulheres, entre 15 a 49 anos, na cafeicultura e assim abrir algumas pistas e/ou levantar algumas questões.

Os dados das Tabelas 10 e 11 indicam que as mulheres italianas nas faixas etárias compreendidas entre 15 e 34 anos possuíam em média menos filhos que as mulheres cearenses. Isto ocorria porque as cearenses casavam-se mais cedo e tendiam a espaçar o nascimento dos filhos numa fração de tempo menor que as italianas. Os dados existentes para as mulheres com dois filhos ou mais mostraram (em 68,5% dos casos examinados) que o período de tempo entre o nascimento de um filho e de outro variava de 1 a 2 anos para as cearenses enquanto para as italianas (70,5%) de 2 a 3 anos. Chama a atenção inclusive o fato de que um aumento maior

do número médio dos filhos ocorria na passagem da faixa de mulheres de 25-29 anos para as de 30-34 anos e que no caso das cearenses este aumento chegava a ser de 2,1 filhos; em outras palavras, passava de 2,5 para 4,6 filhos, enquanto que para o grupo italiano passava de 2,0 para 3,0 filhos.

TABELA 10
FAMÍLIAS ITALIANAS — 1897-1902
Nº MÉDIO DE FILHOS TIDOS E SOBREVIVENTES POR MULHERES CASADAS, NO MOMENTO DE SEU INGRESSO NA CAPEICULTURA

GRUPO DE IDADE	NÚMERO DE FILHOS							TOTAL DE		Nº MÉDIO DE FILHOS	
	0	1	2	3	4	5	6	7	MULHERES		FILHOS
15-19	1	1	-	-	-	-	-	-	2	1	0,50
20-24	3	2	2	1	-	-	-	-	8	9	1,13
25-29	1	2	7	2	1	-	-	-	13	26	2,00
30-34	-	2	2	6	3	-	-	1	14	43	3,07
35-39	-	-	3	3	3	2	-	1	12	44	3,67
40-44	-	2	-	-	2	2	-	-	6	20	3,33
45-49	-	-	2	-	2	1	-	1	6	24	4,00
TOTAL	5	9	16	12	11	5	0	3	61	167	2,74

Fonte: HI- Matrícula dos Imigrantes e Registros de Imigrantes, 1897-1902

TABELA 11
FAMILIAS CEARENSES -- 1920
Nº MÉDIO DE FILHOS TIDOS E SOBREVIVENTES POR MULHERES CASADAS, NO MOMENTO DE SEU INGRESSO NA CAFEICULTURA

GRUPO DE IDADE	NÚMERO DE FILHOS										TOTAL DE MULHERES	TOTAL DE FILHOS	Nº MÉDIO DE FILHOS	
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9				10.
15-19	5	3	2	-	-	-	-	-	-	-	-	10	7	0,70
20-24	9	12	6	9	-	-	-	-	-	-	-	36	51	1,42
25-29	3	6	7	5	5	3	1	-	-	-	-	30	76	2,53
30-34	1	-	1	7	2	-	3	3	1	-	1	19	88	4,63
35-39	2	1	-	2	2	-	1	1	-	-	-	9	28	3,11
40-44	1	-	-	-	2	-	-	1	-	-	-	4	15	3,75
45-49	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	3	3,00
TOTAL	21	22	16	24	11	3	5	5	1	1	1	109	268	2,46

Fonte: HI - Registros de Imigrantes, 1920

Obs.: Foram retirados quatro casos cujas informações eram imprecisas.

A tendência, entretanto, das mulheres cearenses terem um número médio de filhos maior que as italianas ocorria apenas até a idade de 34 anos. A partir daí a tendência se inverte em favor das últimas. Mas a pequena frequência de mulheres cearenses nas últimas faixas etárias do período reprodutivo deixa dúvida quanto a esta afirmação, assim como coloca algumas questões: que variáveis então estariam interferindo nos resultados? As mulheres cearenses nas idades mais avançadas do período reprodutivo estariam sujeitas a uma taxa de mortalidade maior que as outras? Problemas ligados à saúde estariam interferindo na capacidade reprodutiva destas mulheres, mais em um que outro grupo?

Estas questões, ainda sem respostas, apontam para a necessidade de se investir ainda um tempo em pesquisa, a fim de conhecer um pouco mais do comportamento reprodutivo destas mulheres nas regiões de origem e assim detectar as possíveis alterações ocorridas durante a sua inserção na lavoura cafeeira.

O retrato das famílias imigrantes para o café, no momento de sua introdução a São Paulo, deixa entrever que independente de sua origem e ao contrário do que pretendiam os fazendeiros — famílias numerosas e com muitos braços — estas famílias não eram grandes, mesmo no caso de famílias não nucleares ou ampliadas. Possuíam um tamanho médio de 5 elementos, eram na sua maioria famílias nucleares e relativamente jovens, o que confirma as hipóteses levantadas por Oliveira & Madeira (Oliveira & Madeira, 1982). Portanto, as famílias que se dispunham a imigrar para a cafeicultura tinham um tamanho bem menor do que se poderia supor através da leitura dos documentos da propaganda, para obtenção de mão-de-obra, e outros relatos da época.

Por outro lado, uma análise comparativa entre os dois grupos estudados (italianos e cearenses) leva à constatação de algumas diferenças entre eles, assim como também entre as famílias nucleares e não nucleares.

As famílias não nucleares apareciam em maior proporção entre as cearenses que entre as italianas; na sua composição as primeiras incluíam elementos que se apresentavam numa gama mais variada de diferentes graus de parentesco em relação ao chefe , do que as segundas.

As famílias italianas apresentavam-se com uma estrutura etária ligeiramente mais velha que as cearenses; formavam-se mais tardiamente que estas, uma vez que a idade média ao casar era provavelmente mais alta para aquelas. As famílias não nucleares, em ambos os grupos, por sua vez, possuíam também uma estrutura e tária mais velha que as nucleares e conseqüentemente uma maior porcentagem de trabalhadores. Enquanto as não nucleares chegavam a ter 68% e 70% de elementos aptos ao trabalho produtivo, para as italianas e cearenses respectivamente, as nucleares continham para estes grupos 52% e 54% de elementos que poderiam tomar parte na força de trabalho familiar.

Os dados levantados permitem pressupor que, quanto ao trabalho produtivo da mulher maior de 12 anos, a maioria das mulheres dele participava, o que ocorria em maior proporção para o grupo italiano. Em outras palavras, do total de mulheres italianas as que não trabalhavam na terra apresentavam-se em menor quantidade que entre as cearenses.

Ainda foi possível pressupor a existência de comportamentos diferentes, entre os dois grupos estudados, em relação à nupcialidade, quanto ao número médio de filhos sobreviventes que possuíam as mulheres, nas diferentes faixas etárias do período reprodutivo e em relação ao espaçamento entre os nascimentos dos filhos. As mulheres cearenses casavam-se mais cedo, possuíam até a idade de 34 anos, um número médio de filhos maior que as italianas e apresentavam um espaçamento menor entre o nascimento de um filho e outro. Dúvidas levantadas, principalmente em relação o comportamento reprodutivo das mulheres com mais de 35 anos sugerem a continuação de estudos neste sentido.

Elaborada esta imagem fotográfica da família imigrante no momento de sua inserção na lavoura cafeeira, resta conhecer se ocorreram transformações e quais, durante a permanência destas famílias na lavoura cafeeira. Isto exige um esforço de pesquisa muito grande no sentido de acompanhar estas famílias no tempo, o que, se não é de todo impossível, é de difícil execução dadas as ausências de fontes e a instabilidade que caracterizou o mercado de trabalho na cafeicultura paulista.

Enquanto isto não se concretiza, passa-se agora a analisar outros aspectos relativos à família no colonato, que outras fontes, já localizadas e trabalhadas, permitem e que poderão ampliar os conhecimentos já existentes.

A Família no trabalho do café: tamanho e força de trabalho

Uma outra fonte de dados, os documentos da Fazenda de Santa Gertrudes, permite que se conheçam os aspectos relativos às famílias colonas no seu trabalho no café.

Os dados aqui analisados referem-se ao período de 1909/1918, portanto, um período em que a imigração italiana para o Brasil já havia declinado e os imigrantes nacionais ainda não tinham sido introduzidos, em grande escala, como colonos na Fazenda. Embora a imigração portuguesa e espanhola, para o Brasil, ultrapassasse em número neste período, eram os italianos e seus descendentes que predominavam ainda naquela propriedade. Isto sugere que a maioria das famílias aqui analisadas eram aquelas estabelecidas já há alguns anos na cafeicultura, algumas inclusive, retornando ao Brasil depois de algum tempo passado na Argentina. Em outras palavras, famílias que poderiam se encontrar numa fase mais adiantada do ciclo vital do que as analisadas no item ante-

rior.

Embora existam evidências no sentido de que a maioria das famílias continuasse sendo nuclear, não há como, com esta documentação, separá-las em nucleares e não nucleares. Não foi possível verificar a relação de parentesco dos seus membros com o chefe, como ocorreu com a documentação da Hospedaria dos Imigrantes. Por isto, as famílias aqui serão tratadas no seu conjunto e como 2/3 das mesmas eram de origem italianas, optou-se por classificá-las em italianas e não italianas, estando agrupadas nestas últimas as de origem portuguesa, espanhola, germânica e as famílias nacionais.

Observando-se os dados da Tabela 12 verifica-se que, no geral, as famílias com 1 a 5 elementos existiam em menor quantidade. A maioria se concentrava na faixa de 6 a 10 e havia um número reduzido delas com 11 ou mais pessoas. No entanto, se forem separadas as famílias italianas das demais, observa-se uma nítida diferença entre estes dois grupos: nas não italianas predominavam as famílias menores, isto é, 54% possuíam até 05 elementos, enquanto as italianas, nesta faixa, atingiam apenas 30%. Já, a grande maioria das famílias italianas se concentrava na faixa de 6 a 10 pessoas (61%) restando 9% com mais de 10 elementos, ou seja, entre 11 e 17, enquanto que das não italianas 46% possuíam entre 6-13 pessoas. De outra forma, as italianas, em média, tinham 7,0 elementos enquanto as outras 5,5, portanto aquelas eram em média, 1,5 pessoas maiores que as demais (Tabela 13). Esta diferença leva a uma série de indagações para as quais ainda não se tem respostas. Questões como por exemplo: Padrões reprodutivos e/ou culturais das regiões de origem teriam reflexos neste tamanho? Estas famílias teriam diferentes estruturas etárias, o que estaria refletindo no tamanho naquele momento? Famílias há mais tempo na cafeicultura teriam sofrido transformações quanto ao comportamento reprodutivo?

TABELA 12

DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS QUANTO AO TAMANHO - 1909/1918

TAMANHO DA FAMÍLIA	ITALIANA	NÃO ITALIANA	TOTAL
1	009	003	012
2	027	018	045
3	086	070	156
4	066	064	150
5	107	051	158
6	130	062	192
7	178	043	221
8	164	028	192
9	100	017	117
10	072	011	083
11	027	012	039
12	026	004	030
13	017	001	018
14	010	-	010
15	008	-	008
16	005	-	005
17	002	-	002
TOTAL	1054	384	1438

FONTE: AFSG - Registro de Pés de Café Entreques aos Colonos 1909/1918

TABELA 13

TAMANHO MÉDIO DA FAMÍLIA - 1909/1918

A N O	ITALIANA	NÃO ITALIANA	T O T A L
1909	6,9	5,0	6,3
1910	7,0	5,5	6,6
1911	7,1	5,6	6,7
1912	7,2	5,9	6,8
1913	7,3	5,5	6,8
1914	7,3	5,6	6,9
1915	6,7	5,1	6,3
1916	6,3	5,5	6,1
1917	6,9	5,9	6,6
1918	7,2	5,6	6,7
MÉDIA GERAL	7,0	5,5	6,6

FONTE: AFSG - Registro de Pés de Café Entregues aos Colonos - 1909/1918

Como demonstram os dados, a idéia de que as famílias no colonato seriam enormes, principalmente as italianas, encontram suporte em apenas uma minoria de casos, ou seja, 14% do total famílias possuíam 10 elementos ou mais. É muito provável que neste grupo houvesse famílias ampliadas com um ou mais parentes adicionais ou ainda, que algumas famílias fossem compostas de mais de um casal. Não eram raros os casos de filhos casarem-se e ficarem morando na casa do pai, geralmente o pai do marido, o qual continuava respondendo pela família perante o fazendeiro, como comprovaram algumas entrevistas e evidências observadas na documentação. Embora não se possa detectar a proporção em que isto ocorria, provavelmente, contribuiu para reforçar a idéia da família grande.

Na realidade, as famílias italianas existiam em maior número e em média eram maiores. Portanto, no conjunto da população colona, tinham um peso bastante significativo. Isto contribuiu para que em algumas áreas cafeeiras se identificasse o colono com italiano e vice-versa.

Feitas estas considerações, pode-se deduzir que no colonato, pelo menos no período e local estudado, predominou um padrão de tamanho família que não era tão grande como se poderia supor. Predominou um tamanho família, que, na ausência de um termo melhor, poderia ser denominado de mediano, tendo em vista critérios atuais que consideram pequena uma família com 4 ou 5 elementos vivos.

Há de se considerar ainda, a idéia de que o colonato não apresentava vantagens às famílias pequenas. Para STOLCKE esta estaria em desvantagens em relação às grandes durante todo o seu ciclo vital (STOLCKE, 1986, p. 356). SALLUM Jr. chega a mostrar que estas famílias teriam dificuldades em obter acréscimos substanciais por meio de serviços extraordinários e sua remuneração monetária seria inferior ao salário do camarada (SALLUM Jr., 1982, p. 150). E, na documentação pesquisada foram encontrados alguns casos de unidades familiares pequenas, com saldos deve-

dores, cujo chefe acabou por se tornar camarada. Apesar da ocorrência destes casos, eles não podem, entretanto, ser tomados como regra. Assim como, pode ser arriscado generalizar o argumento de que o colonato não era vantajoso às famílias pequenas.

A análise dos dados sobre o tamanho das famílias colonas no seu conjunto (Tabela 12) mostram que 15% delas possuíam até 3 membros e 36% chegavam a ter 5 pessoas. No caso das famílias não italianas estas porcentagens alcançavam 24% e 54% respectivamente para aquelas com 3 e 5 pessoas. Estas porcentagens conduzem à suposição de que uma quantia razoável de famílias pequenas conseguiram sobreviver sob o colonato. Isto indica que, muito mais que o tamanho, outros fatores estariam intervindo, permitindo que famílias mesmo pequenas conseguissem sobreviver sem dívidas e até mesmo com saldo positivo, como será visto mais adiante. Provavelmente estariam a interferir a fase do ciclo vital em que se encontrava a família e as condições de saúde de seus membros.

Na cafeicultura, mais que o tamanho importava a quantidade de trabalhadores em cada família para o ano agrícola. Do ponto de vista do fazendeiro era importante conhecer este número para planejar, com o mínimo de custos possíveis, o trabalho na fazenda, enquanto, o colono dependia do número de pessoas aptas ao trabalho para obter maior quantidade de pés de café e consequentemente maior área para a lavoura de subsistência.

A documentação da Fazenda de Santa Gertrudes mostra que as famílias de origem italianas possuíam na sua grande maioria, 73%, entre 2 a 4 trabalhadores (sendo que 50% delas concentravam-se na faixa de 3 a 4). Já as demais famílias, 80% delas, não possuíam mais do que 3 trabalhadores (58% chegavam a ter apenas 1 ou 2 "pessoas de trabalho") (Tabela 14). Apenas 13% das italianas e 3% das não italianas tinham 5 a 8 elementos aptos ao trabalho. Resumindo, o número de trabalhadores nas famílias italianas era 3,0 (média que variou nos dez anos estudados de 2,9 a 3,4), enquanto para as outras, a média de trabalhadores era 2,5 (com

uma variação apresentando maior amplitude, isto é, de 2,0 a 2,9) (Tabela 15).

TABELA 14

DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS QUANTO AO Nº DE TRABALHADORES 1909/1918

Nº TRABALH.	ITALIANA	NÃO ITALIANA	TOTAL
01	146	79	225
02	239	144	383
03	272	83	355
04	255	66	321
05	89	9	98
06	40	2	42
07	11	1	12
08	2	-	2
TOTAL	1054	384	1438

FONTE: AFSG - Registro de Pés de Café Entregues aos Colonos - 1909/1918

TABELA 15

Nº MÉDIO DE TRABALHADORES - 1909/1918

A N O	I T A L I A N A		N ã o I T A L I A N A	
	Nº MÉDIO TRABALH.	% TRABALH. NA FAMÍLIA	Nº MÉDIO TRABALH.	% TRABALH. NA FAMÍLIA
1909	2,9	43,33	2,3	46,70
1910	3,0	45,21	2,4	45,37
1911	2,9	43,22	2,5	42,25
1912	3,2	47,56	2,5	47,23
1913	3,4	50,06	2,9	58,62
1914	3,2	46,65	2,7	53,47
1915	3,1	51,80	2,5	54,85
1916	3,0	53,03	2,4	49,90
1917	3,1	47,65	2,4	42,80
1918	2,9	42,66	2,0	37,69
GERAL	3,1	47,12	2,5	48,19

FONTE: AFSG - Registro de Pés de Café Entregues aos Colonos - 1909/1918

Verifica-se, portanto, que a grande maioria das famílias italianas estava concentrada numa faixa entre 5 a 9 elementos, com 2 a 4 "pessoas de trabalho" e as não italianas se agrupavam em maior quantidade na faixa entre 3 a 6 pessoas com 1 a 3 trabalhadores.

Observando-se a média de trabalhadores pelo tamanho da família (Tabela 16), percebe-se que, de modo geral, esta média era superior para as italianas, isto é, estas possuíam mais trabalhadores do que as não italianas num mesmo tamanho de família. Em outras termos, a proporção de trabalhadores por unidade familiar era ligeiramente mais alta para as famílias italianas.

TABELA 16

TRABALHADORES POR FAMÍLIA - 1909/1918

TAMANHO DA FAMÍLIA	ITALIANA			NÃO ITALIANA		
	FREQ.	MÉDIA DE TRABALH.	% TRABALH.	FREQ.	MÉDIA DE TRABALH.	% TRABALH.
01	09	1,0	100,0	03	1,0	100,0
02	27	1,3	66,6	18	1,2	61,1
03	86	1,7	56,2	70	1,9	63,8
04	86	2,3	58,7	64	1,9	48,8
05	107	2,7	54,9	51	2,2	45,0
06	130	2,8	47,4	62	2,4	40,8
07	178	3,0	43,6	43	2,7	39,5
08	164	3,2	40,8	28	3,5	43,7
09	100	3,7	41,3	17	3,7	41,2
10	72	4,1	41,4	11	4,2	42,7
11	27	4,3	39,4	12	4,0	36,3
12	26	4,7	39,4	04	3,5	29,1
13	17	4,5	34,4	01	4,0	30,7
14	10	4,8	34,4	-	-	-
15	08	4,1	27,5	-	-	-
16	05	5,0	31,2	-	-	-
17	02	5,0	29,4	-	-	-
TOTAL	1054	3,1	47,12	384	2,5	48,19

FONTE: AFSG - Registros de Pés de Café Entregues aos Colonos - 1909/1918

Quando a família tinha o seu tamanho ampliado havia também um aumento da força de trabalho, o que não ocorria porém, com a mesma proporção e velocidade. À medida que aumentava o tamanho a relação produtor/consumidor tendia a diminuir, ou seja, a porcentagem de trabalhadores por família tendia a ser menor quanto maior fosse a família (Tabela 16). Por outro lado, os dados da Tabela 17 informam que para aumentar um trabalhador, a família deveria aumentar o seu tamanho além da unidade. Passar de 2 para 3 e de 3 para 4 trabalhadores, exigiria que a família se ampliasse em 1,5 ou mais pessoas. Após alcançar 4 membros aptos ao trabalho, as famílias tenderiam a crescer em menor proporção ou deixariam de se ampliar. Neste caso, a unidade familiar estaria num período do ciclo vital onde as suas chances de crescer seriam menores. Estaria aguardando apenas o momento necessário para que seus filhos ingressassem efetivamente na força de trabalho.

Os dados coletados da documentação da Fazenda impedem de se qualificar quais os atores que se escondiam sob os personagens "pessoas da família" e "pessoas de trabalho": se eram homens, mulheres, crianças e adultos. Mesmo assim, eles permitem levantar alguma indicação sobre a idade, partindo dos seguintes pressupostos: 1. na época, como já foi dito, o elemento masculino a partir de 12 anos era considerado apto para o trabalho no café e como também já foi constatado, uma boa proporção do elemento feminino; 2. na Fazenda de Santa Gertrudes, naquele momento, cerca de 48% da população de colonos era considerada "de trabalho", portanto, com mais de 12 anos; 3. além destas 48%, havia ainda um grupo de pessoas, com mais de 12 anos não contados como "de trabalho", provavelmente mulheres que se dedicavam ao serviço da casa, velhos e inválidos. Logo, a população com 12 anos ou mais ultrapassaria a metade do total, mas não alcançaria a cifra de 70%, como detectou HOLLOWAY a cerca dos imigrantes subsidiados chegados a São Paulo no período cafeeiro (HOLLOWAY, 1982, pp 94-95).

Alinhavado este esboço geral sobre o tamanho da família

TABELA 17

TAMANHO MÉDIO DA FAMÍLIA POR Nº DE TRABALHADORES - 1909/1918

Nº DE TRABALH.	ITALIANA		NÃO ITALIANA	
	FREQ.	TAMANHO MÉDIO DA FAMÍLIA	FREQ.	TAMANHO MÉDIO DA FAMÍLIA
01	146	4,4	79	4,0
02	239	5,7	144	4,5
03	272	7,0	83	6,1
04	255	8,2	66	8,1
05	89	9,6	9	8,6
06	40	9,3	2	10,0
07	11	11,6	1	8,0
08	2	8,0	-	-
TOTAL	1054	7,0	384	5,5
				48,19

FONTE: AFSG - Registro de pés de Café Entregues aos Colonos - 1909/1918

e sua força de trabalho na Fazenda de Santa Gertrudes — entre 1909-1918 — resta agora verificar como estes se relacionavam a produção e o assalariamento da unidade familiar.

A unidade familiar: produção e assalariamento

O colonato ao combinar distintas formas de produção , proporcionava ao colono um pagamento em dinheiro pelo trato e colheita e também a produção da sua subsistência. O dinheiro que ele recebia pelo trato e pela colheita geralmente não cobria as necessidades de sobrevivência da família. Além do mais, o dinheiro pelo trato vinha em forma de adiantamentos bi ou trimestrais e o da colheita, na maioria das fazendas, só no final do ano agrícola. Portanto, o colono dependia significativamente da produção da cultura de subsistência para garantir a sua alimentação , assim como, para conseguir excedentes que comercializados poderiam lhe proporcionar uma ampliação no seu rendimento monetário. Por isto esta última assumia prioridade para a família colona.

O impacto que estas formas de produção teriam sobre a família do colono é muito difícil de se detectar. No entanto , com o objetivo de buscar respostas quanto a este aspecto, reúnem-se aqui dados quantitativos disponíveis sobre a produção e o assalariamento e a relação destes com o tamanho da família e sua força de trabalho. Não se pode afirmar categoricamente que as informações aqui obtidas possam ser generalizadas para todo o Oeste Paulista. No entanto, elas adquirem importância ao se considerar a grande escassez de dados empíricos, que levaram a maioria dos autores a utilizarem-se dos dados fornecidos por MAISTRELLO quando buscavam dados quantitativos para suas famílias (MAISTRELLO, 1922, pp. 558-559). Por outro lado, há de se considerar também que nos estudos micros emergem aspectos importantes que pas-

sariam despercebidos numa análise que abrangesse uma macro região.

Os salários pagos aos colonos variavam de região para região, de fazenda para fazenda, de ano para ano dentro de uma própria fazenda. Seu valor estava diretamente ligado às condições oferecidas para a lavoura de subsistência e praticamente independia das condições de oferta e demanda de mão-de-obra (VANGELISTA 1982, p.114).

Estes salários provinham de três fontes:

- do trato, de um certo número de pés de café, pago por unidade de mil pés; o trato consistia em fazer a limpeza das ervas daninhas de 3 a 5 vezes ao ano;
- da colheita paga pela quantidade de alqueires de café colhido (um alqueire de café equivalia a 50 litros);
- das diárias, isto é, dias de trabalho avulso prestados ao fazendeiro conforme as necessidades da fazenda.

Ainda para algumas famílias apresentava-se uma quarta fonte representada por atividades diversas como: confecção de jacás para mudas, confecção de peneiras, castração de leitões, carpas e replantes de café no cafezal de responsabilidade de outros colonos, gratificações sobre volume de café colhido, etc. Estas tarefas dependiam da disponibilidade de tempo para a sua execução, do surgimento de oportunidades oferecidas pelo fazendeiro e algumas, de habilidades específicas.

O montante da produção e da remuneração conseguida pelo colono na fazenda, dependia do uso da capacidade total produtiva da família e das dificuldades encontradas para a sua execução. Esta capacidade era diretamente afetada pelas condições de saúde de seus membros, portanto, a saúde e a doença podiam determinar o rendimento monetário, a produção da subsistência e a possibilidade ou não de poupar (BASSANEZI, 1985). Enfim, aquele montante

"dependia pois da fração de tempo que gastava na realização de cada operação remunerada" (SALLUM Jr., 1982, p. 145).

O que a unidade familiar podia produzir — isto é, o quanto de pés de café era capaz de cuidar, o quanto de café que conseguia colher e quantos dias de trabalho avulso prestava à fazenda — estava diretamente relacionado ao número efetivo de trabalhadores com que a família poderia contar. Este número dependia pois mais da fase do ciclo vital em que se encontrava a família do que propriamente do seu tamanho. Em outros termos, a produção e o rendimento monetário possuíam uma correlação muito forte com a quantidade de trabalhadores na família e não tão forte com o tamanho desta como comprovaram os testes de correlação realizados.

Apesar disto, a produção por trabalhador tendia a declinar à medida que aumentava o número de "pessoas de trabalho" na família (Tabela 18). Neste caso, pode-se pressupor que os elementos que estavam adentrando na força de trabalho tinham uma menor capacidade produtiva e/ou que um trabalhador a mais permitia diminuir a intensidade de trabalho de cada um deles no cafezal.

TABELA 18

TRATO, COLHEITA E DIÁRIA POR CADA TRABALHADOR DE CADA FAMÍLIA
1909 - 1918

Nº DE TRABALH.	TRATO		COLHEITA		DIÁRIA	
	ITALIANA	NÃO ITALIANA	ITALIANA	NÃO ITALIANA	ITALIANA	NÃO ITALIANA
01	3861	3726	395	441	30	19
02	2351	2366	284	273	16	16
03	2121	1950	261	256	18	14
04	1889	1674	238	219	18	17
05	1736	1596	227	219	16	16
06	1507	1425	182	195	14	14
07	1394	1236	192	225	14	12
08	1181	-	188	-	16	-

FONTE: AFSG - Registro de Pés de Café Entregues aos Colonos - 1909-1918

Contas-Correntes - 1909-1918

A produção parece independender também da origem do colono. Famílias italianas e não italianas embora com diferentes tamanhos médios e diferentes quantidades de trabalhadores por unidade familiar conseguiam obter uma produção (consideradas as devidas proporções) bastante semelhantes (Tabelas 19 e 20). Exemplificando, tomando-se as médias gerais para ambos os grupos tem-se: as famílias italianas com 7,0 elementos, 3,0 de trabalho, tratavam 6267 pés de café e colhiam 770 alqueires; as demais com 5,5 elementos, 2,5 de trabalho, cuidavam de 5205 pés de café e colhiam 641 alqueires de café. Calculando-se esta produção per capita têm-se para as italianas: 895 pés de café e 110 alqueires colhidos e para as outras 946 pés de café e 116 alqueires, portanto quantidades bem próximas. Dividindo-se a produção pelo número de trabalhadores da família, verifica-se que os resultados obtidos para ambos os grupos são ainda bem próximos, isto é, 2089 e 2082 pés de café tratados por trabalhador e 257 e 256 alqueires de café colhidos respectivamente pelas famílias italianas e não italianas. Aliás, esta independência entre a produção e a origem da família evidencia-se também no depoimento de um ex-colono:

"Era bom o alemão que trabalhava bem, a italianada também e... tal português que também saia as 4 horas da manhã todo dia... É... naquele tempo se trabalhava e tudo tinha serviço. Não tinha vagabundo, não".

O número de trabalhadores nas famílias italianas, na maioria das vezes, era ligeiramente mais alto para os não italianos nas famílias de um mesmo tamanho (Tabela 19). Por outro lado, quando se fixa o número de trabalhadores, em média, também se apresentavam um pouco maiores que as demais (Tabela 20). Isto parece indicar que os jovens das famílias de origem italianas poderiam ser mais velhos que os das outras famílias ou que as mulheres participavam mais da força de trabalho, o que daria a este grupo uma certa vantagem quanto ao número de trabalhadores. Também, por serem maiores as famílias italianas contariam com mais

TABELA 19

TAMANHO DA FAMÍLIA E TRATO, COLHEITA E DIÁRIA - 1909 - 1918

TAMANHO DA FAMÍLIA	Nº MÉDIO DE TRABALHAD.		TRATO (nº de pés de café)		COLHEITA (alqueire)		DIÁRIA	
	ITALIANA	NÃO ITALIANA	ITALIANA	NÃO ITALIANA	ITALIANA	NÃO ITALIANA	ITALIANA	NÃO ITALIANA
	01	1,0	1,0	3859	4227	266	564	14
02	1,3	1,2	4256	3594	460	494	26	21
03	1,7	1,9	4206	4525	487	543	32	36
04	2,3	1,9	5467	4467	624	546	42	30
05	2,7	2,2	5896	4905	734	551	46	28
06	2,8	2,4	5770	5033	702	662	52	30
07	3,0	2,7	6076	5696	771	668	50	41
08	3,2	3,5	6479	6407	826	892	65	49
09	3,7	3,7	7101	6948	893	741	73	82
10	4,1	4,2	7910	7357	962	832	59	66
11	4,3	4,0	8054	7878	1014	1126	79	88
12	4,7	3,5	8523	7469	1017	953	79	78
13	4,5	4,0	9011	8895	1048	965	60	165
14	4,8		9202		1214		69	
15	4,1		9452		1070		55	
16	5,0		8927		1147		55	
17	5,0		7339		940		19	
MÉDIA GERAL	3,0	2,5	6267	5205	770	641	54	39

FONTE: AFSG - Registro de Pés de Café Entregues aos Colonos - 1909-1918
 Contas Correntes - 1909-1918

TABELA 20

Nº DE TRABALHADORES NA FAMÍLIA E TRATO, COLHEITA E DIÁRIA - 1909-1918

Nº DE TRABALHAD.	TAMANHO MÉDIO FAMÍLIA		T R A T O (nº pés de café)		COLHEITA (em alqueires)		D I Á R I A S	
	ITALIANA	NÃO ITALIANA	ITALIANA	NÃO ITALIANA	ITALIANA	NÃO ITALIANA	ITALIANA	NÃO ITALIANA
01	4,4	4,0	3860	3 226	395	411	30	19
02	5,7	4,5	4701	4723	567	546	31	31
03	7,0	6,1	6361	5849	784	768	54	43
04	8,2	8,1	7557	6697	952	875	70	69
05	9,6	8,6	8682	7679	1133	1095	82	78
06	9,3	10,0	9043	8221	1093	1169	82	84
07	11,6	8,0	9758	8652	1344	1572	99	81
08	8,0	-	9447	-	1057	-	125	-
MÉDIA GERAL	7,0	5,5	6267	5205	770	641	54	39

FONTE: AFSG - Registro de Pés de Café Entregues aos Colonos - 1909-1918

Contas-Correntes - 1909-1918

TABELA 21

TAMANHO DA FAMÍLIA E RENDIMENTO MONETÁRIO (EM MIL RÉIS) - FAMÍLIA ITALIANA - 1909-1918

TAMANHO DA FAMÍLIA	T R A T O	COLHEITA	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL	SAÍDO NA FAZENDA	RENDIMENTO CAPITA	PER
01	291.876	120.472	26.297	6.893	445.538	192.988	445.538	
02	307.876	230.644	55.120	5.789	599.432	241.259	299.716	
03	310.362	246.278	77.237	19.709	658.586	230.040	217.862	
04	390.103	315.809	89.593	21.909	817.414	380.906	204.354	
05	427.581	369.030	96.144	18.568	911.323	365.357	182.265	
06	433.408	365.500	111.965	19.448	929.322	377.671	154.887	
07	453.626	388.695	106.602	24.939	973.862	318.196	139.123	
08	484.607	422.634	140.604	47.041	1.094.885	415.779	136.861	
09	530.555	461.680	155.179	30.872	1.178.286	434.368	130.921	
10	588.598	491.021	127.430	42.054	1.249.103	443.949	124.910	
11	625.899	518.856	169.961	24.399	1.339.114	589.617	121.738	
12	646.031	522.115	175.322	55.587	1.399.055	512.747	116.588	
13	644.209	530.624	127.390	42.411	1.344.634	470.242	103.433	
14	665.624	606.850	147.150	48.430	1.468.054	400.738	104.861	
15	687.551	535.588	119.360	23.015	1.365.514	473.335	91.034	
16	726.528	609.760	122.675	47.900	1.506.863	554.885	94.179	
17	475.590	470.000	38.000	-	983.590	604.478	57.858	
MÉDIA GERAL	465.197	392.429	115.694	28.761	1.002.081	378.488	159.189	

FONTE: AFSC - Registro de Pés de Café Entregues aos Colonos - 1909-1918

Contas-Correntes - 1909-1918

TABELA 22

Nº DE TRABALHADORES NA FAMÍLIA E RENDIMENTO MONETÁRIO (EM MIL-RÉIS) - ITALIANA

NP DE TRABALH.	T R A T O	COLHEITA	DIÁRIA	OUTROS	TOTAL	SALDO NA FAZENDA	RENDIMENTO PER CAPITA
01	285.751	203.005	65.157	13.620	567.533	184.416	166.948
02	348.077	288.604	70.888	19.990	727.559	239.325	149.523
03	471.122	393.817	116.419	30.298	1.011.655	437.848	157.157
04	563.444	487.702	149.318	34.306	1.234.771	452.277	163.697
05	638.342	585.629	176.156	44.717	1.444.844	550.041	160.583
06	688.603	560.360	178.194	39.832	1.466.988	578.849	167.766
07	710.041	680.045	217.932	62.262	1.670.280	672.789	155.661
08	708.480	753.500	270.438	150.700	1.883.118	434.784	235.390
MÉDIA GERAL	465.197	392.429	115.694	28.761	1.002.081	378.488	159.189

FONTE: AFSG - Registro de Pés de Café Entregues aos Colonos - 1909/1918
 Contas-Correntes - 1909/1918

TABELA 23

TAMANHO DA FAMÍLIA E RENDIMENTO MONETÁRIO (EM MIL-RÉIS) - NÃO ITALIANA - 1909/1918

TAMANHO DA FAMÍLIA	T R A T O	COLHEITA	DIÁRIA	CUIROS	T O T A L	SAÍDO NA FAZENDA	RENDA PER CAPITA
01	309.980	299.167	72.708	-	618.855	487.502	681.855
02	276.588	246.933	62.075	18.103	603.700	173.634	301.850
03	330.090	287.714	75.472	11.612	704.889	251.872	234.963
04	320.624	277.348	58.632	20.669	677.274	184.980	169.318
05	367.813	277.192	61.303	18.056	724.364	86.149	144.873
06	368.248	331.546	63.627	27.702	791.124	244.039	131.854
07	440.878	341.295	92.215	32.027	906.415	307.817	129.488
08	480.458	451.736	104.902	33.276	1.073.710	319.159	133.796
09	502.578	375.847	155.528	19.894	1.053.848	384.711	117.094
10	544.463	413.864	136.034	54.471	1.148.832	404.020	114.883
11	598.781	595.017	188.163	26.357	1.408.318	619.751	128.029
12	549.370	476.750	186.906	79.177	1.292.203	782.092	107.684
13	622.650	482.500	329.500	35.056	1.469.706	829.531	113.054
MÉDIA GERAL	385.608	327.399	82.865	23.475	819.347	255.557	169.205

FONTE: AFSG - Registro de Pés de Café Entregues aos Colonos - 1909/1918
 Contas-Correntes - 1909/1918

gente em condições de prestar alguma ajuda ao seu grupo. Neste sentido, justificar-se-iam a produção e os rendimentos monetários médios — para cada tamanho de família e para cada quantidade de trabalhadores — apresentarem-se, de modo geral, um pouco mais elevados para as famílias italianas (Tabelas 19 a 24). Por isso também, os membros masculinos adultos destas famílias, poderiam utilizarem-se do trabalho avulso diário com maior frequência, o que lhes proporcionava maiores ganhos.

É preciso lembrar aqui, que o rendimento monetário (assim como, o saldo e o rendimento per capita) que aparece nas Tabelas 21 a 26 diz respeito aquele obtido com o trabalho para a fazenda, não estando pois adicionado o rendimento conseguido com a venda do excedente da produção para a subsistência.

TABELA 24

Nº DE TRABALHADORES NA FAMÍLIA E RENDIMENTO MONETÁRIO (EM MIL-RÉIS) NÃO ITALIANA - 1909/1918

Nº DE TRABALH.	T R A T O	COLHETTA	DIÁRIA	OUTROS	TOTAL	SALDO	RENDA PER CAPITA
01	281.380	214.291	44.701	18.904	559.279	129.125	178.895
02	346.858	278.064	61.099	18.963	704.984	204.585	172.693
03	433.144	386.405	95.980	32.964	948.493	298.406	172.291
04	495.569	449.224	144.645	24.969	1.114.407	432.103	143.431
05	599.486	563.889	162.889	27.678	1.353.942	485.713	162.967
06	575.470	584.750	170.000	-	1.330.220	194.768	133.022
07	692.160	786.000	171.625	157.200	1.806.985	425.433	225.873
MÉDIA GERAL	385.608	327.399	82.865	23.475	819.347	255.557	169.205

FONTE: AFSG - Registro de Pés de Café Entregues aos Colonos - 1909/1918

Contas-Correntes - 1909/1918.

As Tabelas 21 a 24 apresentam ainda dados sobre o saldo que estas famílias teriam em mãos dos fazendeiros ao final do ano agrícola, no momento do acerto de contas. Este saldo tem uma correlação muito fraca quer com o tamanho da família, quer com o número de "pessoas de trabalho", isto ocorre porque as famílias continuavam a receber adiantamentos em dinheiro do fazendeiro, adiantamentos que poderiam ocorrer tri, bi ou mensalmente. Por isto, este saldo tem uma maior correlação com a colheita, uma vez que era no final do ano agrícola que se pagava a última parcela referente a esta.

Embora este saldo não signifique a capacidade de poupar do colono, ele é indicativo de que uma maioria quase absoluta das famílias acabava o ano agrícola com saldo positivo. Para as italianas este saldo representava em média 38% da renda monetária anual, enquanto para as demais famílias ele chegava a ser 31%, portanto, por volta de 1/3 dos ganhos monetários.

Quanto a renda per capita, observa-se que ela tende a diminuir à medida que aumenta o tamanho da família, chegando mesmo a apresentar uma correlação negativa (Tabelas 21 e 23). Por outro lado, os dados mostram que ela não tem nenhuma correlação com o número de trabalhadores na família, uma vez que aumentando ou diminuindo aquele número, a sua tendência é manter-se, de certa forma, mais ou menos homogênea (Tabelas 22 e 24).

Finalmente, a documentação da Fazenda de Santa Gertrudes permite verificar também o quanto cada uma das fontes de rendimento monetário representa no total deste rendimento, quer em relação ao tamanho da família, quer em relação à força de trabalho, quer ainda em relação aos anos de boa ou má safra.

TABELA 25

PROPORÇÃO DE CADA FONTE DE RENDIMENTO MONETÁRIO PELO TAMANHO DA FAMÍLIA - 1909/1918

TAMANHO FAMÍLIA	T R A T O		C O L H E I T A		D I Á R I A		O U T R O S	
	ITALIANA	NÃO ITALIANA	ITALIANA	NÃO ITALIANA	ITALIANA	NÃO ITALIANA	ITALIANA	NÃO ITALIANA
01	66,2	45,2	26,7	44,4	5,4	10,4	1,8	-
02	52,6	47,7	37,6	40,4	8,9	9,3	0,9	2,6
03	48,9	48,5	37,7	40,4	10,7	9,5	2,8	1,6
04	49,4	49,1	37,0	39,4	10,4	8,7	3,2	2,8
05	48,2	52,4	39,7	36,7	10,1	8,7	1,9	2,2
06	47,9	47,7	39,4	41,3	10,8	7,6	2,0	3,3
07	47,9	50,1	40,1	37,2	9,7	9,0	2,2	3,6
08	46,1	47,3	38,5	40,7	11,7	9,3	3,7	2,7
09	46,2	49,5	39,2	33,8	12,2	14,6	2,4	2,0
10	48,1	47,9	39,4	36,5	9,5	11,6	3,0	3,9
11	47,6	42,7	38,4	42,4	12,6	13,0	1,8	1,9
12	47,5	41,8	37,1	44,0	11,8	10,2	3,6	4,0
13	48,6	42,4	39,1	32,8	9,0	22,4	3,3	2,4
14	46,9	-	41,7	-	9,1	-	2,3	-
15	50,1	-	39,7	-	8,5	-	1,7	-
16	48,8	-	39,9	-	8,2	-	3,0	-
17	48,8	-	47,2	-	4,0	-	-	-
MÉDIA GERAL	48,0	48,8	38,8	39,3	10,6	9,3	2,6	2,6

FONTE: AFSG - Registro de Pés de Café Entregues aos Colonos - 1909/1918
 Contas-Correntes - 1909/1918

TABELA 26

PROPOÇÃO DE CADA FONTE DE RENDIMENTO MONETÁRIO - 1909-1918
PELO NÚMERO DE TRABALHADORES

Nº DE TRABALH.	T R A T O		C O L H E I T A		D I Á R I A		O U T R O S	
	ITALIANA	NÃO ITALIANA	ITALIANA	NÃO ITALIANA	ITALIANA	NÃO ITALIANA	ITALIANA	NÃO ITALIANA
01	51,4	52,6	35,2	37,0	10,9	7,6	2,4	2,8
02	49,0	49,8	39,7	38,9	8,8	8,8	2,5	2,5
03	47,7	46,4	39,0	41,0	10,7	9,3	2,7	3,2
04	46,6	45,7	39,6	40,0	11,2	12,3	2,5	2,0
05	45,3	45,7	40,2	41,7	11,8	11,0	2,8	1,6
06	48,2	43,8	37,7	43,1	11,6	13,1	2,5	-
07	43,2	38,3	41,0	43,5	12,2	9,5	3,5	8,7
08	40,4	-	39,0	-	12,9	-	7,8	-
	48,0	48,8	38,8	39,3	10,6	9,3	2,6	1,6

FONTE: AFSG - Registro de Pés de Café Entregues aos Colonos - 1909/1918

Contas-Correntes - 1909/1918

As Tabelas 25 e 26 mostram que, em média, o trato tanto em relação ao tamanho da família quanto ao número de trabalhadores chegava a representar quase a metade do rendimento monetário do colono, enquanto a colheita era responsável por cerca de 39% ficando o restante por conta da diária e outros serviços. Embora estas proporções não variem muito quando se trata do tamanho da família, o trato quando é relacionado com o número de trabalhadores tem uma leve tendência a diminuir enquanto as outras fontes, no geral, tendiam a aumentar ligeiramente a sua participação no rendimento, à medida que aumentava também o número de trabalhadores no grupo familiar. Aquelas famílias com 1 ou 2 trabalhadores precisavam investir mais no trato que lhes garantia terras para o cultivo da subsistência, o que, por outro lado, as impedia de executar com maior regularidade as diárias e dispor de uma maior intensidade de trabalho na colheita. Já as famílias com mais trabalhadores podiam se beneficiar mais com as outras fontes de rendimento (Tabela 26).

Tabela 27

PROPORÇÃO DO TRATO, COLHEITA, DIÁRIA E OUTROS NO RENDIMENTO MONETÁRIO TOTAL NOS ANOS DE BOA COLHEITA DE CAFÉ - 1909/1918

ANO	TRATO		COLHEITA		DIÁRIA		OUTROS	
	ITALIANA	NÃO ITALIANA						
1909	44,4	44,0	48,7	49,5	6,1	5,4	0,7	1,0
1911	44,1	45,0	49,1	48,8	6,3	5,9	0,4	0,2
1913	40,8	41,3	39,1	41,5	11,3	9,9	8,6	7,2
1915	43,4	44,3	49,5	46,2	6,4	9,0	0,6	0,6
1917	47,1	47,9	39,0	42,1	12,3	6,3	1,4	3,6

FONTE - AFSG - Registro de Fés de Café Entregues aos Colonos - 1909/1918

Contas-Correntes - 1909/1918

TABELA 28

PROPORÇÃO DO TRATO, COLHEITA, DIÁRIA E OUTROS NO RENDIMENTO MONETÁRIO TOTAL NOS ANOS DE MÁ COLHEITA E CAFÉ - 1909/1918

A N O	T R A T O		C O L H E I T A		D I Á R I A		O U T R O S	
	ITALIANA	NÃO ITALIANA	ITALIANA	NÃO ITALIANA	ITALIANA	NÃO ITALIANA	ITALIANA	NÃO ITALIANA
1910	51,6	49,8	36,6	37,2	10,0	12,1	0,8	0,8
1912	47,1	49,0	35,0	35,6	10,7	9,0	0,7	6,3
1914	53,3	52,9	34,0	36,0	11,8	10,3	0,8	0,7
1916	49,9	51,8	31,8	34,0	16,3	13,0	1,9	1,7
1918(+)	63,6	65,8	13,8	12,7	18,0	14,7	4,5	6,8

(+) - ano de forte geada

FONTE: AFSG - Registro de Pés de Café Entregues aos Colonos - 1909/1918

Contas-Correntes - 1909/1918

Um outro aspecto a salientar era a que proporção que cada uma das fontes representava no rendimento monetário de cada ano agrícola, estava diretamente relacionado à produtividade do cafezal, ou seja ao montante da colheita. Isto acontecia porque a tendência do cafezal era produzir boas colheitas em anos alternados. Nestes anos aumentava a proporção da colheita no rendimento monetário, enquanto nos anos de má safra a proporção representada pela colheita diminuía e aumentavam a proporção do trato e a das diárias (Tabelas 27 e 28). Como o salário pelo trato manteve-se mais ou menos estável no período⁽¹³⁾, eram as diárias que tentavam compensar a diminuição dos ganhos num ano de pior colheita. No entanto, verifica-se que um aumento da carga de dias de trabalho avulso, não compensava totalmente a redução dos ganhos que uma menor safra proporcionava à família. Isto porque para as diárias não se recrutavam mulheres e crianças que eram canalizadas para a colheita e também porque aquelas dependiam das necessidades reais da fazenda. Por outro lado, uma boa colheita impossibilitava a família de dispor mais de seus membros para o trabalho avulso e por isto nestes anos diminuía sensivelmente a quantidade de diárias no rendimento familiar.

Uma boa safra significava para o colono esperança de pecúlio ou pelo menos de uma vida um pouco melhor, enquanto um ano de menor volume de colheita apresentava-se como um problema à família:

"Ah! Cara de Dio, precisava pensar então aí. Porque nós falava: "Este ano não tem colheita... A gente procura economizar em outra parte ou engordar mais algum porco para ir refazendo, não é?" (depoimento de ex-colono).

A Produção da Subsistência, Os Gastos e os Ganhos: Estimativas

Uma análise do colonato seria incompleta se se deixasse de considerar a produção da subsistência, as despesas e os rendimentos totais da família. Porém, quando se pretende analisá-los encontram-se barreiras, algumas delas intransponíveis. A ausência de registros, que permitam captar dados quantitativos e qualitativos que possam ser relacionados ao tamanho da família e à sua força de trabalho, é uma constante. As fontes disponíveis dão notícias gerais e incompletas.

A produção independente do colono não aparecia contabilizada nos livros do fazendeiro, a não ser quando o seu excedente era vendido para a própria fazenda. Isto não ocorria com frequência uma vez que a maior parte do mesmo era comercializado nos núcleos urbanos. Por sua vez, o próprio colono nunca se preocupou em registrar a sua produção independente. Portanto, as notícias que se têm e das quais este trabalho vai se valer, são aquelas que chegaram até o presente através da memória dos velhos, antigos trabalhadores das fazendas cafeeiras e através de relatos escritos por observadores — funcionários do governo, fazendeiros e viajantes italianos — que apresentavam estimativas sobre os ganhos e despesas das famílias colonas. Todavia, estas estimativas são escassas, geralmente se referem a uma determinada família, e não permitem uma análise ampla e profunda da produção da subsistência realizada pelos colonos nas fazendas cafeeiras.

Uma intensa busca em fontes primárias e secundárias nos arquivos e bibliotecas da região permitiu localizar cerca de uma dezena do que poderiam se chamar "orçamentos familiares", com o ganho e despesa de famílias de diferentes tamanhos e composição (Quadro 1). Destes "orçamentos", apenas um fornece a composição do grupo familiar relacionando por sexo e idade os seus componentes. Os outros se limitam a indicar o tamanho da família e/ou a quantidade de elementos aptos ao trabalho sem especificar sexo e

Quadro 1 - "OPERADORES FAMILIARES" - 1957-1922

Ano	F.R.A.T.O.		C.O.I.F.E.L.T.A.		D.I.S.P.J.A.S.		S.E.L.L.E.O.		A.N.I.M.A.L.S.		C.A.S.H.O.		C.A.R.T.O.		S.A.J.D.O.	
	ha/1000	op por imp.	ha/alg.	op alg.	ha/dia	op dia	ha/ano	op ano	ha/ano	op ano	ha/ano	op ano	ha/ano	op ano	ha/ano	op ano
1893	4-2	900	800000	100000	20000	3000	100000	20000	84	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000
1897	B-2	500	500000	500	20000	3000	100000	20000	84	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000
1901	C	400	200000	400	20000	3000	100000	20000	84	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000
1903	D-2	500	300000	500	10000	3000	100000	20000	84	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000
1903	E-4	1000	800000	1000	60000	3000	100000	20000	84	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000
1911	F	2000	700000	2000	65000	3000	100000	20000	84	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000
1911	G	3000	200000	3000	20000	3000	100000	20000	84	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000
1922	H	3000	600000	3000	177	3000	100000	20000	84	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000
1922	I	7000	1100000	7000	400	3000	100000	20000	84	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000
1922	J	14000	2400000	14000	600	3000	100000	20000	84	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000

1893 A. de "I colici italiani dello Stato de San Paolo" in Revista Nacional Firenze, 1897 (172), 59-66. (N. de Janeiro, 1897)

1901 B. de "I colici italiani dello Stato de San Paolo" in Revista Nacional Firenze, 1901 (172), 59-66. (N. de Janeiro, 1901)

1903 C. de "I colici italiani dello Stato de San Paolo" in Revista Nacional Firenze, 1903 (172), 59-66. (N. de Janeiro, 1903)

1911 D. de "I colici italiani dello Stato de San Paolo" in Revista Nacional Firenze, 1911 (172), 59-66. (N. de Janeiro, 1911)

1911 E. de "I colici italiani dello Stato de San Paolo" in Revista Nacional Firenze, 1911 (172), 59-66. (N. de Janeiro, 1911)

1922 F. de "I colici italiani dello Stato de San Paolo" in Revista Nacional Firenze, 1922 (172), 59-66. (N. de Janeiro, 1922)

idade ou apenas usando as expressões "marido", "mulher", "adulto", "enxada", "filho capaz de trabalhar", "mulher que cuida da casa", "menor", "criança".

Estes "orçamentos" trazem anotados o número de pés de café tratados e a quantia de alqueire de café colhida com os respectivos valores em réis, mas deixam de assinalar com a mesma frequência as diárias e/ou serviços extraordinários prestados ao fazendeiro.

Quanto à produção da subsistência, eles se referem geralmente ao que foi vendido no mercado e não ao total produzido. A produção animal, assim como a de frutas e de legumes, na maioria das vezes, não aparece relacionada nestes "orçamentos". Em alguns casos, eles encontram-se adicionados à produção de cereais e às diárias, embutidas na expressão "ganho extraordinário". Somente dois destes "orçamentos" trazem estimativas sobre o valor total da produção da subsistência: o que a família consumia somado ao que vendia. Segundo um observador da época (1911), no entanto, estes dois "orçamentos" retratam uma visão pessimista sobre os ganhos e despesas atribuídos a estas duas famílias (Piccarolo, 1911, pp. 60-62).

O rendimento monetário, obtido com o trato e colheita do café e com a venda dos excedentes da produção da subsistência, era anotado nestes "orçamentos" como "ganho", do qual devia ser deduzida a despesa com alimentos, vestuário, utensílios e outros produtos comprados no mercado. Aquilo que a família consumia da sua própria produção não aparece na maioria deste orçamentos o que dificulta uma melhor apreensão da real relação entre a produção da subsistência e o tamanho da família e sua força de trabalho.

Se por um lado, a precariedade das fontes já aparece como obstáculo à análise, por outro lado, a grande quantidade de variáveis, que atuavam nos resultados da produção da subsistência, tornam a problemática ainda mais complexa. Nesta produção

estavam a interferir: a qualidade, quantidade e localização das terras utilizadas para a mesma, que variavam muito de fazenda para fazenda, de região para região e mesmo de ano para ano dentro de uma mesma propriedade. Ela podia inclusive ocorrer em terras intercafeeiras e/ou em terras fora do cafezal.

"Nós plantava fora do cafezal. No cafezal conforme o contrato era uma rua de milho ou duas covas de cada vão ou uma cova conforme o pagamento que fazia, entende? Conforme o salário que eles fazia cada 1000 pés de café. Tudo isto cada ano quase eles modificava, entende? Plantava duas ruas de feijão... (depoimento de ex-colono).

QUADRO 2

CONTRATOS ESTABELECIDOS POR FAZENDAS DA REGIÃO DE RIO CLARO PARA O ANO AGRÍCOLA DE 1904-1905

NOME DA FAZENDA	IMPORTÂNCIA EM RÉIS PELO TRATO DE MIL PÉS DE CAFÉ	IMPORTÂNCIA EM RÉIS POR ALQUEIRE DE CAFÉ COLHIDO	TERRAS PARA O PLANTIO DE CULTURA DE SUBSISTÊNCIA
Fazenda Santa Gertrudes	70.000	500	Designava terreno fora dos cafeeiros para a plantação de milho e feijão.
Ibicaba	70.000	500 (colher de uma só vez) 600 (para colher 1º o café maduro)	Deixava plantar uma cova no vão de 4 pés, exceto em 1500 pés que cada família grande ou pequena não planta nada. Além disso dá terras por fora.
Paraguassú	60.000	500	Deixava plantar duas ruas de milho em metade do cafezal
Água Branca	60.000	600	Deixava plantar duas covas no vão de 4 pés em todo o café velho e uma rua nos cafés novos.
Itaúna	50.000	400	Deixava plantar uma rua em todo o cafezal.
Fachina (sic)	50.000	400	Deixava plantar uma rua em todo o cafezal.
São Bento	50.000	400	Deixava plantar uma rua em todo o cafezal.
Sampaio	50.000	400	Deixava plantar uma rua em todo o cafezal.

Fonte: AFSG - Copiador nº 14 (1904) p. 223

OBS.: Para o ano agrícola 1905-1906 as Fazendas de Santa Gertrudes e Ibicaba conservaram o contrato do ano anterior e as demais diminuíram as plantações nos cafezais aumentando a importância do pagamento por mil pés para R\$ 75\$000 (AFSG - Copiador nº 16, 1905, p. 25).

QUADRO 3

CONTRATOS ESTABELECIDOS POR FAZENDAS DA REGIÃO DE RIO CLARO
PARA O ANO AGRÍCOLA DE 1915-1916

NOME DA FAZENDA	IMPORTÂNCIA EM RÉIS PELO TRATO DE MIL PÉS DE CAFÉ	IMPORTÂNCIA EM RÉIS POR ALQUEIRE DE CAFÉ COLHIDO	TERRAS PARA O PLANTIO DA CULTURA DE SUBSISTÊNCIA
Fazenda Paraguassú	75\$000	\$500	Terras fora do cafezal
Fazenda Morro Azul	65\$000	\$500	Uma cova na quadra (*)
Fazenda Iracema	70\$000	\$500	Uma cova na quadra (*)
Fazenda Ibicaba	75\$000	\$500	Um pé de milho na quadra (*)

FONTE: AFBG - Copiador 32, 1915, p. 32

(*) - A documentação não informa, mas provavelmente estas fazendas permitiam o usufruto de terras fora do cafezal.

QUADRO 4

CONTRATOS ESTABELECIDOS PELA FAZENDA DE SANTA GERTRUDES EM DIFERENTES ANOS

A N O	IMPORTÂNCIA EM RÉIS PELO TRATO DE MIL PÉS DE CAFÉ	IMPORTÂNCIA EM RÉIS POR ALQUEIRE DE CAFÉ COLHIDO	TERRAS PARA O PLANTIO DA CULTURA DE SUBSISTÊNCIA
1904-1905	70\$000	\$500	Designava terreno fora dos cafeeiros para plantação de milho e feijão
1905-1906	70\$000	\$500	Designava terreno fora dos cafeeiros para plantação de milho e feijão
1916-1917	80\$000	\$500	Permitia plantar uma cova de milho em metade do café que tratavam os colonos, duas covas de feijão das águas no mesmo café onde plantavam milho e "roça por fora" conforme o café que tratavam.
1927-1928	200\$000	1\$000	Permitia plantar uma cova de milho no vão de cada quatro cafeeiros na metade do café que tratavam e na outra metade era permitido plantar duas carreiras de feijão das águas em cada rua de café. Dava terras fora dos cafezais para o plantio dos cereais.
1929-1930	por 1/3 do café tratado, 300\$000		em 1/3 do café era permitida a plantação de milho, em cada rua do café duas carreiras de feijão das águas e mais uma de feijão da seca quando este último fosse plantado antes de 20 de janeiro.
	por 2/3 do café tratado, 200\$000	1\$000	nos 2/3 do café era permitida a plantação de 2 covas de milho no vão de cada 4 pés de cafeeiros, bem como duas carreiras de feijão das águas em cada rua de café. a Fazenda ainda dava terra fora dos cafezais para o plantio de cereais.

FONTE: AFBG - Copiador 14, 1904, p. 223 - Copiador 34, 1916, p. 187 - Contratos impressos, 1922-28 e 1929-30

As concessões feitas para uso da terra pelo colono ficava a critério do fazendeiro, que poderia alterá-las de ano para ano. Aquelas dependiam da idade do cafezal, de uma maior ou menor oferta de mão-de-obra no mercado, da prosperidade ou da dificuldade enfrentada pela fazenda no momento, de terras disponíveis nesta propriedade e da quantia oferecida pelo pagamento do cultivo e colheita do café. Comentando em 1913 os contratos dos colonos, o vice-consul italiano de Campinas escrevia:

"Não se precisa a disposição do pasto e terreno para o próprio cultivo que faz parte do salário e nem em que condições se encontra o terreno (...)
A completa ausência de tutela jurídica põe o colono à mercê do proprietário". (TUOZZI, A., 1913, pp. 63-69).

Portanto, os arranjos eram os mais diversos no que diz respeito à possibilidade de plantio nas terras intercafeeiras, como atestam os dados dos Quadros 2, 3 e 4. Quanto ao usufruto da terra fora do cafezal, embora a literatura apresente a relação de 1/4 de alqueire de terra para cada mil pés de café tratado, esta não foi a regra. Os contratos não estabeleciam medidas fixas e os próprios ex-colonos são unânimes em afirmar que aquela relação não era comum e que somente "bem mais tarde", isto é, no final da 3ª década do século XX é que ela ocorre com maior frequência em alguns lugares. Houve época, na Fazenda de Santa Gertrudes em que colonos chegaram a receber até 1/2 alqueire por mil pés. Em outro momento, a proporção era de 3 metros de frente, para cada mil pés de café tratado pela família, na terra disponível fora do cafezal.

No entanto, qualquer que fosse o arranjo proposto para o ano agrícola, havia sempre uma relação entre a quantidade de pés de café aos cuidados da família e a terra recebida para a produção doméstica da subsistência. O produto que o colono conseguia retirar desta terra dependia pois da capacidade de trabalho efetivo da família, a qual condicionava o número de pés de café

que ela podia tratar e que, por sua vez, determinava a quantidade de terras à sua disposição. Portanto, o usufruto da terra pelo colono encontrava-se subordinado ao trabalho no cafezal.

Nesta terra, o colono podia plantar milho e feijão que eram compatíveis com a produção cafeeira (não prejudicavam muito o cafeeiro e, os períodos de plantio e colheita destes cereais não coincidiam com o da colheita de café).

O colono dava preferência ao uso das terras intercafe-eiras para o plantio do milho e feijão porque lhe poupava tempo e trabalho, posto que poderia cuidar deste cultivo e do cafezal ao mesmo tempo. No entanto, a importância que o uso do arroz assumia na alimentação da família implicava também em poder contar com terras "de brejo" fora do cafezal, e evitar a compra deste produtos a preços de mercado.

"Olha... quando que a terra era boa preferia plantar no cafezal porque limpava café e colhia o mantimento. Ah! Era mais vantajoso, era mais vantajoso. Mas precisava ter sempre uma rocinha por fora, pouco de arrozal; plantava arroz pro gasto". (depoimento de ex-colono).

Esta produção independente do colono tinha como objetivo atender à reprodução do próprio trabalhador e sua família, as assim como complementar seus rendimentos monetários.

Quando esta produção gerava excedente, este podia ser comercializado, aumentando desta forma os rendimentos monetários da família. Era por isso que a produção de cereais e animal assumia maior importância nas fazendas mais próximas aos centros urbanos onde o colono encontrava mercado para colocar o excedente.

O milho transformado em fubá era largamente utilizado na alimentação, principalmente através da polenta que fazia parte da dieta diária do colono juntamente com feijão e arroz. O milho garantia ainda o trato dos animais, que por sua vez, contri-

buíam na dieta familiar — através da carne, linguiça, leite, ovos, queijos, etc. Esta dieta era complementada com os produtos da horta: legumes, verduras e algumas frutas.

O milho adquiria valor não só porque era largamente utilizada na alimentação e porque podia ser comercializado, mas também e sobretudo devido ao seu uso no sustento da criação de porcos. Estes tinham garantida a sua venda nos açougues dos núcleos urbanos próximos à fazenda — como era o caso de Rio Claro para os colonos da Fazenda de Santa Gertrudes — enquanto que o milho nem sempre alcançava bons preços no mercado. Este fato, não explorado ainda pela literatura sobre o colonato, aparece no entanto apontado como de grande importância por antigos colonos.

"Milho às vezes, se sobrasse vendia no fim do ano... É, engordava porco com milho, entende? Às vezes vendia [milho] para aqueles que tinha burro prá tratar [na fazenda], e na cidade também, prá um tal de.... Eles ia buscar lá na fazenda... Ia buscar sempre de domingo. No meio da semana a gente tinha que trabalhar".

"Olha, quando a porcada é boa o porco dava mais. Teve ano que o milho não se vendia de jeito nenhum por quatro mil-réis. Então criava porco... O porco era bem mais fácil do que vender mantimento. O açougue comprava sempre. Ainda mais naquele tempo, o porco era limpo. Tudo criado a milho, só a milho".

"Milho era porco, galinha, vaca, fubã. Segurar milho era mais vantajoso que vender milho".

O excedente da produção de feijão, de frango, ovos, etc, também era vendido pelo colono que procurava de todas as formas ampliar os seus rendimentos.

"É... sempre algum saco [de feijão] davá prá vender. Conforme o ano a gente colhia, né? A gente colhia 10-15 sacos. Ficava com 3-4 em casa e o resto van-

dia... Nós vendemos feijão a Rs 10\$000 o saco...."

"As galinhas... A patroa sempre comprava frango, en tende? A gente criava frango e ela então encomenda va prá levar ovo e frango na casa dela... Então a gente vendia prá ela um frango a Rs 1\$000-Rs 1\$200" (depoimento de ex-colono).

Conhecer, pois, o total desta produção independente — o quanto dela era consumido pela família e o quanto era vendido — e verificar a relação existente entre ela e o tamanho da unidade familiar e sua força de trabalho é o grande desafio que se apresenta ao pesquisador.

Os dados agrupados no Quadro 1 não permitem estimativas sobre o valor total da produção independente, mas permitem verificar, a grosso modo, o que a venda do excedente desta produção representava no total do rendimento monetário de famílias com diferentes tamanhos e/ou diferentes quantidades de trabalhadores, em anos diversos. Permitem também conhecer a proporção das despesas (o que o colono comprava no mercado e outros gastos extraordinários) e da renda líquida ou saldo destas famílias.

Tomando primeiramente as quatro famílias com 02 enxadas, ou seja, famílias com dois elementos aptos ao trabalho no café, verifica-se que na família B (não está registrado o seu tamanho), a venda de milho e feijão representava 22,3% do seu ganho monetário. Para esta família não se registraram informações sobre a comercialização de animais, despesa e saldo. A família C (com 03 elementos) possuía 37,0% de seu rendimento vinculado à venda de excedentes. Esta família chegou a poupar 38,4% do seu rendimento monetário. Como para esta família não há dados sobre as diárias, acredita-se que o rendimento monetário fosse um pouco mais, pois uma família com 02 trabalhadores estaria em condições de executar, em média, 30 diárias (a Rs 3\$000 cada - Tabela 21). Na D (com 03 pessoas), 36,0% do seu ganho era representado

pela venda do excedente da produção, enquanto sua poupança alcançava 26,7%. Também para esta família não foram computadas as diárias. Finalmente, na família I (quatro membros), diárias e excedentes da subsistência apareciam juntos, num total de Rs 460\$000 anuais, ou seja, 26,3% do rendimento monetário, o que significa que a produção de subsistência alcançava uma porcentagem menor que esta. Deve-se ressaltar no entanto, que esta família cuidava de uma quantidade superior de café que as outras que também contavam com 02 trabalhadores. Já o seu saldo era de 35,4% de seu rendimento monetário. Para estas famílias a venda do excedente seria em média cerca de 30,4% e a poupança alcançaria 1/3 dos rendimentos monetários anuais.

Verificando agora, as duas famílias com 04 enxadas: família A e família E, tem-se que na primeira (com 07 pessoas) o valor do excedente e o valor das diárias perfaziam juntos 24,0% do ganho dos quais teria economizado 44,6%. Já na segunda (com tamanho desconhecido), 39,7% representavam a venda do milho e feijão. Para esta última não há dados sobre a comercialização de animais e execução de diárias e nem mesmo sua despesa e saldo.

A família J, com 06 trabalhadores (um total de 10 membros) a porcentagem que a venda do excedente da cultura de subsistência chegava a apenas 17,2%. Provavelmente o grande número de pés de cafés a seus cuidados e o próprio tamanho da família, com mais "bocas para comer", estariam interferindo neste resultado. Esta família poupou 32,5% do seu ganho monetário. A família F deveria ter entre 5 e 6 trabalhadores (10 ou mais elementos) e 27,2% de seu ganho era obtido com a venda da produção excedente. Esta família conseguiu no final do ano agrícola economizar 23,8% do seu rendimento monetário.

Para a família G (06 pessoas) com apenas 01 trabalhador, tudo que produzia na sua roça era consumido e portanto não tinha condições de vender nada no mercado, pelo contrário, necessitava comprar. Seu ganho monetário cobria toda sua despesa terminando o ano com saldo negativo. Quanto a família H (4 elemen-

tos) a venda do excedente chegava a 18,8% do seu rendimento; o qual no entanto não conseguia cobrir toda a despesa da família que também concluiu o ano com dívidas.

Embora estes "orçamentos" digam respeito a anos e lugares diferentes e as estimativas elaboradas tenham em vista famílias italianas, a grosso modo eles mostram que a maioria delas fecharam o ano agrícola com saldos positivos. Estas eram aquelas onde a proporção produtor/consumidor era igual ou ultrapassava os 50,0%. Famílias que estavam numa determinada fase do ciclo vital, o que as possibilitava usufruir melhor o regime de colonato. Ao contrário, as famílias G e H onde a relação produtor/consumidor se apresentava desfavorável (17,0% e 25,0% respectivamente), concluíam o ano agrícola com saldo negativo. Deviam ser famílias muito jovens, com filhos muito pequenos ou famílias com pessoas adultas improdutivas como doentes ou muito velhas (Quadro 5).

Quanto ao que diz respeito à proporção que a venda do excedente representava no rendimento monetário das famílias, observou-se que variava muito de família para família. BORNARDELLI em trabalho publicado em 1916, mostrava que a venda do excedente era responsável por 1/3 daquele rendimento. No entanto, estes "orçamentos", mostram que apenas 3 das 10 famílias, cerca de 30,0%, chegavam além dos 1/3. Estas eram famílias onde a relação produtor/consumidor era bem maior que as demais. Portanto, famílias numa fase bastante produtiva do ciclo vital.

A documentação da Fazenda de Santa Gertrudes e mais entrevistas com ex-colono, por sua vez, permitiram estimar com uma maior quantidade de informações, o "orçamento" de uma família colona naquela propriedade, para o ano de 1913. Esta família, composta de marido, mulher, dois adolescentes entre 12 e 16 anos e mais uma criança pequena aparece na documentação da fazenda como uma família de 5 pessoas e 2 enxadas. Em 1913 ela tratou de 5081 pés de café recebendo por isto a importância de Rs 406\$480, colheu 903 alqueires de café no valor de Rs 415\$500 (este foi um ano de excelente safra) e executou 33,25 diárias no total de

Rs 74\$625, além de receber Rs 90\$300 de gratificação pela colheita paga pelo fazendeiro a todos os colonos que concluíram o ano agrícola em Santa Gertrudes. Portanto, esta família recebeu da Fazenda a importância de Rs 986\$905.

Dados coletados em entrevistas com ex-colonos e membros desta família permitiram estimar que para aquele ano a família poderia ter produzido cerca de 10 carros de milho, 12 sacos de feijão, 12 sacos de arroz e 13 porcos de aproximadamente 5 arrobas cada. Os preços médios estimados para estes produtos naquele ano foram de Rs 50\$000 o carro de milho, Rs 12\$000 o saco de feijão, Rs 27\$000 o saco de arroz e Rs 50\$000 cada porco. Deduzidos 4 carros de milho utilizados na engorda dos porcos obteve-se que o valor desta produção seria de Rs 1:418\$000.

Do milho produzido, além dos 4 carros para a engorda dos porcos, 3 carros foram utilizados para alimentar os outros animais (vacas, cavalo, cabras, porcos "criados soltos" e galinhas); 1 carro foi transformado em fubá e finalmente os restantes 2 carros foram comercializados. Quanto ao feijão, 4 sacos a família consumiu e os demais vendeu. O arroz foi o suficiente para a alimentação da família. Dos porcos "engordados", 09 foram vendidos. A família então consumiu da sua própria produção produtos no valor de Rs 772\$000, ou seja, Rs 154\$400 em média por pessoa e pode vender o equivalente a Rs 646\$000, que adicionado à quantia paga pela Fazenda elevava o rendimento monetário da família para Rs 1:632\$905. Portanto, 39,6% deste rendimento era representado pela venda do excedente.

A família tinha também despesas com alimentos que ela não produzia, utensílios, vestuário, saúde, etc, que precisam ser deduzidos do total do rendimento monetário. O que determinava esta despesa, a grosso modo, era a composição e o tamanho da família. No caso das três famílias citadas por MAISTRELLO (Quadro 1), os cálculos realizados mostraram que a despesa média de um adulto em 1922 era de Rs 286\$600 por ano e de uma criança Rs 123\$300. Em 12 adultos e 7 crianças (total de pessoas das 03

famílias) o gasto médio por pesso seria da ordem de Rs 226\$400.

Estes dados foram deflacionados para 1913, utilizando-se como base os preços dos principais produtos naquele ano, comprados no mercado pelo colono. Assim, o gasto anual de um adulto teria sido da ordem de Rs 152\$000 e o de uma criança de Rs 65\$000 portanto, a média por pessoa seria de Rs 120\$000. Como os dados de 1913 apresentam o tamanho mas não a estrutura etária da família, o valor que se utiliza é de Rs 120\$000.

Isto posto, no caso da família estudada, este gasto seria da ordem de Rs 600\$000, restando no final do ano agrícola um saldo de Rs 1:032\$000, que representava 63,2% do rendimento monetário da família.

Se for levado em conta o valor bruto da produção do colono que era da ordem de Rs 2:404\$905 (dos quais 41,0% pertenciam ao trabalho realizado para o "patrão" e 59,0% ao trabalho "para nós"), a família estaria economizando 42,9% do seu rendimento bruto.

É preciso lembrar aqui que 1913, ano a que estes dados se referem foi um ano de colheita farta e que, os colonos também receberam uma gratificação de Rs \$100 por alqueire de café colhido o que não acontecia para todos os anos. Agora, quanto à produção da subsistência, trabalhou-se com informações obtidas em entrevistas onde entra o fator memória. Embora tenham sido tomados cuidados especiais com estas informações e procurado sempre trabalhar com médias, elas poderão estar um pouco sobrestimadas. Estes fatos anotados poderiam pois estar interferindo no resultado do saldo obtido por esta família específica. Sabe-se que este saldo, nos anos de má safra do café era menor, mesmo que o colono se esforçasse em compensá-lo com mais diárias e/ou criando mais porcos para comercialização.

Com as informações obtidas, para a família anteriormente citada, foi possível chegar a estimativas para outras fami-

lias, com outros tamanhos e composições, que trabalharam como colonos na Fazenda de Santa Gertrudes naquele mesmo ano.

Conhecendo o número de pés de café tratado pela família e a quantia recebida, do fazendeiro, pelos cuidados com o cafezal, pela colheita, diária e outros e, por outro lado, sabendo-se que a quantidade de terra cedida para o usufruto do colono era proporcional ao número de pés de café pode-se estimar a produção da subsistência, as despesas, os ganhos e saldos da família.

Cada mil pés de café equivalia sempre a uma quantidade de terras intercafeeiras e/ou terras fora do cafezal que tinha a capacidade de produzir uma determinada quantia de milho, feijão, arroz. Como uma parte deste milho produzido era reservado à criação de porcos "para engorda", deduzindo esta quantia de milho destinada a estes animais é possível também obter a produção de porcos por mil pés de café.

Finalmente, sabendo-se o preço alcançado por estes produtos na época, pode ser estimada a produção total da subsistência de uma família, para determinado ano, através da seguinte fórmula:

$$TPS = \left(\frac{P_m \cdot Q_m \cdot T}{1000} \right) + \left(\frac{P_f \cdot Q_f \cdot T}{1000} \right) + \left(\frac{P_a \cdot Q_a \cdot T}{1000} \right) + \left(\frac{P_p \cdot Q_p \cdot T}{1000} \right)$$

onde: TPS - total da produção da subsistência

T - quantidade de pés de café aos cuidados da família

P - preço por unidade

Q - quantidade

m - milho

f - feijão

a - arroz

p - porcos

No caso da família estudada, cada mil pés de café cor-

respondeu à produção de 2,0 carros de milho, 2,4 sacos de feijão e 2,4 sacos de arroz. Deste milho, 0,8 carros permitiu a criação de 2,6 porcos, logo, a produção da subsistência seria:

$$\text{TPS} = (50.1,2. \frac{T}{1000}) + (12.2,4. \frac{T}{1000}) + (27.2,4. \frac{T}{1000}) + (50.2,6. \frac{T}{1000})$$

$$\text{TPS} = 60. \frac{T}{1000} + 28,8. \frac{T}{1000} + 64,8. \frac{T}{1000} + 130. \frac{T}{1000}$$

$$\text{TPS} = 283,6. \frac{T}{1000} = 0,28T$$

Partindo do pressuposto de que as demais famílias tivessem obtido os mesmo resultados com a produção da subsistência para cada mil pés de café tratado, basta multiplicar 0,28 à quantidade de pés de café aos cuidados das mesmas para obter o total produzido pelas diferentes unidades familiares.

Supondo ainda que desta produção cada pessoa do grupo consumisse cerca de Rs 154\$400, chega-se ao valor do excedente comercializado e conseqüentemente ao total do rendimento monetário. Deduzidas as despesas com artigos comprados no mercado e outros gastos extraordinários (estimados em Rs 120\$000 por pessoa), consegue-se também o valor do rendimento monetário líquido, ou seja, a quantia que a família teria condições de poupar naquele ano.

Estes cálculos foram realizados para todas as famílias que se encontravam na Fazenda de Santa Gertrudes em 1913 e para as quais haviam informações sobre o seu tamanho, número de trabalhadores, trato, colheita, diárias e outros. Os resultados encontram-se na Tabela 29.

Apesar das cifras referentes à produção da subsistência e às despesas serem estimadas, e, portanto podem apresentar alguma variação em relação à realidade, estes exercícios permiti-

tem algumas observações sobre o valor monetário da subsistência, do gasto e do ganho da família colona tendo em vista o seu tamanho e a sua força de trabalho.

Na Tabela 29 foi possível constatar novamente que, muito mais que o tamanho da família, era a relação produtor/consumidor que permitia à família um maior ou menor rendimento bruto ou saldo final. Famílias com 50,0% ou mais de seus componentes aptos ao trabalho conseguiam obter um rendimento bruto e, também um saldo, maior do que aquelas com poucos trabalhadores em relação ao seu tamanho, para as quais os valores seriam baixos e o saldo, muitas vezes, negativo. Neste caso, o sistema de colonato não se apresentava muito viável, uma vez que a estrutura etária e a composição familiar impediam ao grupo usufruir as vantagens do sistema.

Esta relação, no entanto, não pode ser considerada a única responsável pela determinação daqueles valores. Diferenças entre famílias, onde todos os membros eram considerados trabalhadores, mostram que o rendimento do trabalho das mesmas eram proporcionalmente desigual.

Na Tabela 29 as famílias 4/4, 6/6 e 8/8 (o numerador reflete a quantidade de trabalhadores e o denominador o tamanho da família) atestam esta observação. No primeiro caso, a família contaria com mais capacidade de trabalho que nas demais, as quais deveriam ter mais jovens e/ou velhos e, portanto, apresentariam uma menor produtividade em relação à família 4/4.

Este fato aparece refletido também quando se levam em conta famílias com diferentes tamanhos e diferente quantidade de trabalhadores, mas que apresentam um rendimento bruto total e produção da subsistência semelhante, como é o caso dos exemplos abaixo:

composição familiar	rendimento bruto	produção da subsistência
1/2-2/2-2/3-1/6-1/8	Rs 1:874\$000 a 1:966:000	Rs 1:127\$000 a 1:169\$000

TABELA 29

PRODUÇÃO E MOVIMENTOS DOS CILINDROS DA FABRICA DE SANTA CATERINA DE 1913 (ano de base metral) (*)

Ano:	Trab.	COMPRIMENTO MÉDIA		INFLEXÃO MÉDIA		MÉDIA EM MIL		REZIS		PRODUÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO		Cres- pesso	Total Despesas	Mand. Mensal [1+2]	Saldo	
		Nº Cilind. Diár.	Nº Cilind. Diár.	Trabalho	Colheita	Máquina	Outros	Total	Velocidade	Crescimento						
3	1	4118	596	22	339	296	63	744	153	844	309	240	549	1506	1897	1348
2	2	4175	568	30	334	294	43	737	163	960	309	240	549	1597	1906	1357
3	3	3568	653	37	285	326	48	726	999	236	463	360	823	1272	1725	912
4	4	4024	590	40	322	325	48	747	1227	464	483	360	823	1411	1874	1051
5	5	4720	824	37	378	412	82	663	1342	659	483	360	823	1812	2257	1434
6	6	3172	367	17	222	183	31	482	1076	270	618	480	1098	750	1368	270
7	7	5132	865	92	411	432	90	1208	1427	619	618	480	1098	1935	1553	455
8	8	6295	878	79	504	436	173	1713	1728	1143	618	480	1098	2353	2971	1873
9	9	4847	1649	69	679	824	149	1817	2246	1258	618	480	1098	3575	4193	3095
10	10	4617	772	33	269	366	68	873	1246	521	772	600	1372	1396	2168	796
11	11	7439	1084	61	595	542	122	1263	2083	1211	772	600	1372	2680	3452	2678
12	12	7111	1990	77	568	595	122	1461	1991	1211	772	600	1372	2680	3452	2678
13	13	4106	558	84	328	279	183	846	1150	234	826	720	1646	1841	1966	320
14	14	3983	772	31	319	366	67	851	1115	169	826	720	1646	1841	1966	320
15	15	5108	711	88	409	355	198	1033	1430	504	826	720	1646	2084	2390	1344
16	16	7528	1993	73	602	597	168	1314	1776	826	826	720	1646	2084	2390	1344
17	17	6344	953	60	507	476	136	1214	1776	826	826	720	1646	1537	2463	817
18	18	5248	840	52	420	420	115	1015	1469	1081	826	720	1646	2084	2390	1344
19	19	7931	1069	77	634	535	177	1453	2220	1139	1081	840	1921	248	1629	-292
20	20	6195	1143	43	495	571	97	114	1277	1735	1081	840	1921	248	1629	-292
21	21	8499	1543	58	680	771	132	154	1737	2380	1081	840	1921	3051	3012	1752
22	22	4032	483	71	322	241	141	48	752	1129	1081	840	1921	3051	3012	1752
23	23	4842	899	29	387	449	64	995	1356	121	1235	960	2185	446	1887	-146
24	24	6255	1032	72	500	516	144	1261	1751	516	1235	960	2185	446	1887	-146
25	25	8323	1708	41	506	554	94	110	1264	1770	535	960	2185	1717	3072	818
26	26	6788	1304	105	543	652	241	139	1575	1901	535	960	2185	1869	3034	839
27	27	8888	1664	154	711	832	338	172	2053	2489	1254	960	2185	2281	2476	1281
28	28	2431	2085	198	754	754	208	2438	2641	1406	1235	960	2185	3307	4542	2347
29	29	2354	922	56	428	466	130	1042	1499	1406	1235	960	2185	3844	4079	2884
30	30	7350	904	40	541	452	87	1177	1699	109	1390	1080	2470	1226	2616	145
31	31	8206	1081	95	587	587	246	117	1536	500	1390	1080	2470	1226	2616	145
32	32	1082	1411	257	547	840	225	187	1799	2298	662	1080	2470	1670	3060	590
33	33	8155	946	27	503	473	59	1130	2052	908	662	1080	2470	2307	4097	1627
34	34	8155	946	27	503	473	59	1130	2052	908	662	1080	2470	2307	4097	1627
35	35	1445	1331	76	732	722	166	167	1760	3103	1713	1080	2470	4018	5406	2938
36	36	6005	1520	40	481	775	86	133	1698	2563	1009	1200	2754	1336	2890	136
37	37	7375	1445	35	603	665	121	154	1523	986	1554	1200	2754	2707	4261	1507
38	38	6005	1520	40	481	775	86	133	1698	2563	1009	1200	2754	2707	4261	1507
39	39	7143	1530	113	579	765	262	153	1517	413	1698	1320	3018	1936	3634	616
40	40	6318	1040	113	505	530	24	194	1523	-15	1698	1320	3018	1502	3200	182
41	41	10070	1867	87	806	803	200	215	1683	875	1853	1440	3293	1770	3623	330
42	42	9919	1514	134	807	803	200	215	1683	875	1853	1440	3293	2634	4667	1384
43	43	8981	1624	51	717	812	114	162	1805	2777	1853	1440	3293	3069	2922	-371
44	44	8981	1624	51	717	812	114	162	1805	2777	1853	1440	3293	3171	5024	1731
45	45	8981	1624	51	717	812	114	162	1805	2777	1853	1440	3293	2674	4836	964
46	46	8981	1624	51	717	812	114	162	1805	2777	1853	1440	3293	3844	4314	-76

(*) - Os dados das colunas 1 a 11 foram recolhidos da documentação da Fábrica de Santa Catarina; Registro de Métr. de Conf. empregadas e colunas 12-16 - Os dados das colunas 12-16 foram estimados.

6/6-5/7-3/8-4/8
3/9-2/10

Rs 2:890\$000 a 3:060\$000 Rs 1:735\$000 a 1:890\$000

Observa-se o mesmo com relação ao saldo:

composição familiar	saldo
3/4 - 4/6	Rs 1:846\$000 a Rs 1:881\$000
2/5-3/6-4/8-5/14	Rs 659\$000 a Rs 691\$000
3/3 - 5/9 - 4/12	Rs 1:431\$000 a Rs 1:474\$000

Ainda sobre o saldo, os dados da Tabela 29 informam que, quando este é relacionado ao rendimento bruto da família, ele se apresenta sempre em maior proporção nas famílias até seis elementos, nas quais a relação produtor/consumidor for igual ou maior que 50,0%. Nas famílias com mais de seis elementos, embora o valor do saldo continue alto, a sua proporção em relação à renda bruta diminua à medida em que aumenta o tamanho da família. Em outras palavras, famílias maiores mesmo com proporção razoável de trabalhadores em relação ao seu tamanho, pouparam, proporcionalmente aos seus rendimentos brutos, menos que aquelas.

O mesmo ocorre quando se leva em conta o valor do excedente produzido pela subsistência e vendido no mercado. Este valor ultrapassa 40,0% do rendimento monetário do colono nas famílias menores, onde metade ou mais de seus elementos são trabalhadores.

Isto posto, pode-se inferir que o sistema de colonato apresentava-se vantajoso para as famílias que se encontravam no ápice de sua capacidade produtiva e soubessem se beneficiar ao máximo da mesma. Num período em que a maior parte de seus elementos se encontrava na faixa etária entre 16 e 45 anos.

Finalmente, é preciso ressaltar que para o sucesso ou insucesso da família neste sistema também interferiam outros fatores. As famílias empregadas nas fazendas mais próximas aos nú-

cleos urbanos possuíam a opção de vender o excedente da sua produção e fazer aí as suas compras evitando os preços mais altos cobrados no armazém da fazenda, numa época em que os gêneros de primeira necessidade estavam bastante caros.

A própria postura que a família assumia em relação ao trabalho e ao usufruto das vantagens que a Fazenda oferecia poderia levar ou não à acumulação econômica. LOMBROSO chamou inclusive a atenção para a importância do papel da mulher ao anotar que o trabalho na fazenda devia convir sobretudo para aquelas famílias que possuíssem uma mulher "ativa e inteligente" que soubesse usufruir da horta, da lenha, que sabia lidar com o porco: fazer linguiça, banha, conservar a carne, fazer sabão; cuidar da criação e ainda educar, costurar e vestir, lavar, etc (LOMBROSO, 1908, pp. 50-55). Aliás, a máquina de costura era indispensável nas casas da colônia; reduzir ao mínimo os gastos de consumo era a meta a ser seguida por todos. Algumas mulheres inclusive eram deslocadas do serviço da roça para costurarem "para fora".

Esta postura da família frente ao trabalho podia por sua vez ser afetada pelas condições de saúde de seus membros e pelas próprias condições oferecidas pela natureza. A doença podia custar a vida e/ou diminuir a capacidade de trabalho da família; o doente aparecia como um peso; não trabalhava e no entanto, devia ser sustentado. A tracoma e o alcoolismo eram exemplos típicos e frequentes deste fardo enfrentado pela família. Por outro lado, a cura ao depender dos altos preços da consulta médica (Rs 45\$000 - Rs 50\$000) e dos remédios poderia em pouco tempo fazer desaparecer o pecúlio acumulado durante anos e/ou findar o ano agrícola com saldo negativo. Uma seca, uma tempestade, uma geada poderiam prejudicar as colheitas e significar não só um menor rendimento, mas também a frustração de um sonho, enquanto condições naturais favoráveis poderiam resultar excelente safra e fazer renascer esperanças.

CONCLUSÃO

Um estudo da população paulista, a partir da segunda metade do século XIX até cerca dos anos 30, passa necessariamente pela fazenda de café. Ela atraiu grandes contingentes populacionais estrangeiros e nativos e nela por muito tempo se concentrou a grande maioria da população de São Paulo. Portanto, compreender a dinâmica demográfica do período implica também em estudar e conhecer a família no trabalho do café.

Desta forma, o presente trabalho procurou trazer novas evidências sobre esta família, algumas das quais chegam a se mostrar diversas de afirmações já consagradas e repetidas por grande parte dos autores. Uma delas diz respeito ao tamanho da família.

Ao contrário do que se pretendia, as famílias que imigraram para o café eram famílias, na sua maioria nucleares, bastante jovens e de um tamanho relativamente pequeno (5 pessoas). Apesar da propaganda para atrair mão-de-obra insistir em conseguir famílias numerosas e com muitos braços e os observadores italianos, na época, desaconselharem famiglie piccole a emigrar para o Brasil, eram estas as que se encaminharam para a lavoura cafeeira. Mesmo as famílias não nucleares ou ampliadas eram em média também pequenas, embora se apresentassem com uma estrutura etária mais velha que as nucleares.

Posteriormente, quando a imigração nacional começou a substituir a internacional, as famílias que chegaram do nordeste para a fazenda possuíam um tamanho semelhante, eram mais jovens e demonstravam um padrão de nupcialidade diferente das européias.

Como estas famílias adentravam na lavoura cafeeira ainda jovens, a possibilidade delas se ampliarem durante a sua per-

manência nesta, continuava em aberto.

Famílias já no trabalho do café, na segunda década do século, encontravam-se com uma média de 7 pessoas, a qual não pode ser considerada um tamanho muito grande, mas mediano, tendo em vista critérios atuais que consideram pequena uma família com 4 ou 5 elementos vivos.

Os dados evidenciaram ainda que, muito mais que o tamanho da família, era a quantidade de trabalhadores que respondia pela produção e rendimentos da unidade familiar (era a capacidade de trabalho que determinava o número de pés de café a cuidar e conseqüentemente a quantia de terras disponíveis para a lavoura de subsistência). Mais ainda, e sobretudo, era a relação produtor/consumidor a grande responsável pelo sucesso ou não da família sob o colonato.

Como o aumento da força de trabalho não ocorria na mesma proporção em que crescia a família, o colonato acomodaria com sucesso, por um tempo limitado, famílias que se encontravam num período favorável do ciclo vital onde a relação produtor/consumidor estivesse bastante próxima a 1,0 (mesmo neste caso, as famílias pequenas e médias conseguiam obter saldos relativamente mais altos que as famílias maiores). Porém este regime de trabalho não se apresentava muito viável às famílias onde esta relação fosse menor que 0,5.

É preciso lembrar, no entanto, que outras variáveis, difíceis ou impossíveis de se quantificar, também estavam interferindo a cada instante, aumentando ou diminuindo a expectativa de sucesso da família, como as próprias condições de trabalho oferecidas pelos fazendeiros (que podiam variar de ano para ano), a postura da família em relação ao trabalho, as suas condições de saúde, assim como, aquelas impostas pela própria natureza, entre outras.

Tudo isto, portanto deve ser levado em conta para se en

tender também porque muitas famílias, com tamanho e composição diferentes umas das outras, chegavam a obter no final do ano agrícola rendimentos brutos e saldos bastante semelhantes.

Embora estas evidências inclinem o pesquisador a descartar o regime de colonato como um dos responsáveis pelo tamanho da família que predominou em São Paulo nas primeiras décadas do século, esta seria ainda uma atitude prematura. Apesar desta pesquisa ter avançado no conhecimento sobre a família no colonato, somente um estudo que acompanhe estas famílias no tempo e informe sobre o comportamento da nupcialidade, fecundidade, mortalidade, e permita a comparação com famílias sob outras experiências no período, é que teria condições de apresentar uma resposta conclusiva à questão: a forma como estava organizado o trabalho nas fazendas de café paulista teve influências no comportamento demográfico do período cafeeiro?

NOTAS

- (1) - Estudos recentes como os de HALL & STOLCKE, por exemplo, tendem a ver o colonato não só como resultado da ausência de um mercado de trabalho, de abundância de terras e escassez de capital, mas como resultado final de anos de experiência dos fazendeiros para implantar força de trabalho barata e disciplinada. Neste sentido, destacam o interrelacionamento entre a exploração do trabalho e a resistência dos trabalhadores que tornaram o processo ao mesmo tempo econômico e político: "a dinâmica da situação decorreu tanto das razões econômicas dos fazendeiros como do poder de barganha utilizado pelos trabalhadores ao resistirem as imposições" (HALL & STOLCKE, 1983, p.81). Por sua vez, ALVIM ainda demonstra que o colonato apresentava-se também como uma forma de trabalho bastante próxima à desenvolvida no país de origem dos imigrantes. Segundo esta autora, o sistema evitava o esfacelamento do núcleo familiar, "única arma para escapar à proletarização eminente". "Por isso, [os colonos] lutaram enquanto possível para manter as culturas de subsistência e a unidade familiar, pautando o seu comportamento nos valores da sociedade de origem. E, lutaram, ao mesmo tempo, para serem reconhecidos num país em que o trabalho e o grupo de trabalhador eram meros objetos que os fazendeiros dispunham como bem lhes aprouvesse" (ALVIM, 1986, p. 114).
- (2) - Entre estes autores citam-se: BASSANEZI, 1973; SILVA DIAS, 1979; SALLUM Jr., 1982; HOLLOWAY, 1984; PAIVA, 1985; STOLCKE, 1986.
- (3) - Era limitado o número de bens que o colono necessitava comprar. Estes bens, não produzidos pela família, ou eram adquiridos no armazém da fazenda ou nos armazéns da vila ou cidades vizinhas, através do sistema de "cadernetas" e pa-

gos apenas no final da colheita.

- (4) - SILVA DIAS, 1979 e 1981; STOLCKE, 1982; OLIVEIRA, 1982; ALVIM, 1986.
- (5) - Este pequeno contingente de imigrantes em direção à Fazenda de Santa Gertrudes pode estar ligado ao fato de que esta propriedade estaria se abastecendo, neste período, de mão-de-obra na própria região. Em outras palavras, estaria atraindo imigrantes que originariamente se estabeleceram em outras fazendas do Velho Oeste Paulista.
- (6) - Em 1918-19 foram introduzidas na Fazenda de Santa Gertrudes pela Brazil Imim. Kumiai, 34 famílias japonesas das quais 27 fugiram depois de algum tempo (23 com saldo devedor) e as 7 restantes também não permaneceram na Fazenda além de 1919 (BASSANEZI, 1973, pp.111-115).
- (7) - Em 1904-05, 73% do total de trabalhadores nesta propriedade eram europeus, como mostra a Estatística Agrícola e Zootécnica de Rio Claro no Anno Agrícola de 1904-05 da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo.
- (8) - Calculava-se que para cada 250.000 pés de café haveria necessidade de 40 famílias de colonos. (MAISTRELLO, 1923, p. 560).
- (9) - A presente análise, por estar trabalhando com dados referentes aos elementos vivos da unidade familiar, num momento específico, não tem condições de levar em conta os efeitos da mortalidade do grupo.
- (10) - Este tamanho médio das famílias italianas tende a permanecer, no tempo, independente do grupo familiar ter ou não sua passagem subsidiada. Para 1908, quando o governo italiano já não permitia a emigração subsidiada para o Brasil

(Decreto Prinetti, 1902), a Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo registrava a chegada de 462 famílias, com um total de 2.379 pessoas, portanto, famílias com um tamanho médio de 5,15 elementos, muito semelhante ao daquelas entradas, na virada do século. Incluindo os 598 indivíduos que imigraram sem família, tem-se que 86% destas pessoas chegadas em 1908, eram agricultores; portanto a grande maioria das famílias tinham sua origem em áreas rurais.

- (11)- Um outro conjunto de dados para os mesmos grupos nacionais ajudam a atestar a pouca representatividade das informações citadas. São dados de janeiro a outubro de 1908 obtidos na Hospedaria dos Imigrantes.

NACIONALIDADES	TOTAL DE INDIVÍDUOS EMIGRADOS	% DE AGRICULTORES	TOTAL DE FAMÍLIAS	TOTAL DE INDIVÍDUOS C/FAMÍLIA	TAMANHO MÉDIO DA FAMÍLIA
Italiana	2.977	85,89	462	2.379	5,15
Austriaca	89	74,16	12	64	5,33
Portuguesa	898	86,53	116	455	3,92
Espanhola	1.404	84,62	202	747	3,70

Fonte: HI - Registro de Imigrantes, 1908

- (12)- Entre 1871 a 1881 a idade média ao casar da mulher italiana era de 24 anos (CIPOLLA, 1965 , pp. 582-583).

- (13)- O preço pago pelo trato, colheita e diária variou muito pouco no período;

VALOR DAS DIVERSAS FONTES EM MIL-RÉIS - 1909/1918

A N O	TRATO POR 1000 PÉS	COLHEITA POR ALQUEIRE	DIAS AVULSOS
1909	70	500	2
1910	70	500	2

(continua..)

(continuação fl. anterior..)

1911	70	500	2
1912	70	500	2
1913	80	500	2,3 (em média)
1914	90	600	2,4 (em média)
1915	60	500	2
1916	70	500	2
1917	80	500	2
1918	90	500	,5

FONTE: AFSG - Registro de Pés dd Café Entregues aos Colonos
1909/1918.

(14) - Não entraram nesta fórmula a produção de galinhas, ovos, leite, queijo, porcos "soltos", etc, devido à ausência total de informações quantitativas a respeito, o que torna inviável o estabelecimento de estimativas. Quanto à moradia ela era gratuita, estava incluída no contrato, portanto é muito difícil detectar o seu valor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, Zuleika M.F. -

1986 Brava Gente. São Paulo, Editora Brasiliense.

BARREIRO, José Carlos -

1986 Campesinato e Capitalismo. Campinas, Editora da UNICAMP

BASSANEZI, M.S. C. Beozzo -

1973 Fazenda de Santa Gertrudes; Uma Abordagem Quantitativa das Relações de Trabalho, em uma Propriedade Rural Paulista, 1895-1930; Rio Claro, mimeo (Tese de Doutorado, FFCL, de Rio Claro).

1985 Família Colona: italianos e seus descendentes numa Fazenda de Café Paulista. Trab. apres. ao Congresso Euro-Brasileiro de Migração, São Paulo, ago. 1985, mimeo.

BASSANEZI, M.S.C.B. & BAENINGER, R.

1986 Uma Fonte para os Estudos de População: Os Registros da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo. Campinas, mimeo

BONARDELLI, E. -

1916 Lo Stato de S.Paolo del Brasile e l'Emigrazione Italiana. Turim.

CIPOLLA, C.M. -

1965 Four Centuries os Italian Demographic Development.
GLASS, E. org. Population in History

DEAN, Warren -

1977 Rio Claro. Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura 1820-1920. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GROSSI, Vincenzo -

- 1914 Storia della Colonizzazione Europea al Brasile e della Emigrazione Italiana nello Stato di San Paolo. Milão, Tip Albrighi e Segati.

HAKKERT, Ralph -

- 1985 The fertility of Early 20th Century "colono" Families in the State of São Paulo: an application of own children method. Campinas, mimeo.

HALL, Michael -

- 1969 The Origins of Mass Immigration in Brazil 1871-1914. São Paulo. mimeo. (PhD Th, Columbia University).

HALL, M. & STOLCKE, V. -

- 1983 A Introdução do Trabalho Livre nas Fazendas de Café de São Paulo. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.3, nº 6.

HOLLOWAY, Thomaz -

- 1984 Imigrantes para o Café. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LOMBROSO, Gina -

- 1908 Nell'America Meridionale. Milano, Fratelli Treves Edit.

MAISTRELLO, Guido -

- 1923 O Café em São Paulo. RAMOS, A. - O café no Brasil e no Estrangeiro. Rio de Janeiro, Papelaria Santa Helena.

MARTINS, José de Souza -

- 1979 O Cativo da Terra. São Paulo, Livraria Ed. Ciências Humanas.

-
- 1982 Do Escravo ao Assalariado nas Fazendas de Café, 1880 - 1914. A Genese do Trabalhador Volante. Trab. apres.ao VIII Congresso de História Econômica, Espanha, 1982, mimeo.

MORTARA, Giorgio -

- 1950 A Imigração Italiana no Brasil e Algumas Características Demográficas do Grupo Italiano de São Paulo. Revista Brasileira de Estatística. São Paulo.

OLIVEIRA, M.C.F.A. de -

- 1982 A Produção da Vida. São Paulo, mimeo (Tese de Doutorado, FFLCH-USP).

OLIVIERA, M.C.F.A. de & MADEIRA, F. -

- 1982 População e Força de Trabalho: O Caso da Cafeicultura Paulista. Trab. apres. ao III Encontro Nacional da ABEP, Vitória, 1982, mimeo.

OLIVEIRA, M.C.F.A. de -

- 1985 Questões Demográficas no Período Cafeeiro em São Paulo TEXTOS NEPO 1. Campinas, UNICAMP.

PAIVA, Paulo -

- 1985 O Processo de Proletarização como Fator de Desestabilização dos níveis de Fecundidade no Brasil. Reproducción de Población y Desarrollo 5. São Paulo, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

PICCAROLO, A. -

- 1911 L'Emigrazione Italiana Nello Stato di S. Paolo. São Paulo, Livraria Magalhães.

RAMOS, Augusto -

- 1923 O café no Brasil e no Estrangeiro. Rio de Janeiro, Pap Santa Helena.

SALLUM Jr., Brasília -

- 1982 Capitalismo e Cafeicultura. São Paulo, Livraria Duas cidades.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas
1905 Estatística Agrícola e Zootécnica de Rio Claro no An-
no Agrícola de 1904-05. São Paulo

SILVA DIAS, A.M.P. da -

1979 Fartura ou Carestia. São Paulo, mimeo (Tese de Mestra-
do, PUC São Paulo.

1981 Família e Trabalho na Cafeicultura. A Família em Ques-
tão. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, São
Paulo, nº 37.

STOLCKE, Verena -

1982 A Família que não é sagrada. CORREA, M. org. Colcha
de Retalhos. São Paulo, Brasiliense.

1986 Cafeicultura. Homens, Mulheres e Capital (1850-1980).
São Paulo, Editora Brasiliense.

TRENTO, Angelo -

1984 Lá Dov'è La Raccolta del Caffè. Padova, Editrice Ante-
nore.

TUOZZI, Alberto -

1913 La tutela giuridica del colono nello Stato in San Pao-
lo (Brasile). Il Pationato Agricolo. Bolletino dell Emigra-
zione, anno XII, nº 10.

VANGELISTA, Chiara -

1982 La braccia per la Fazenda. Milano, Franco Angeli Edito-
re.